AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 32 | Nº 10 | OUTUBRO 2012 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO



OTIMISMO NOS PREÇOS AGRÍCOLAS

PREÇO DA TERRA
Bons preços agrícolas e juros baixos aquecem o mercado

CANA
Mecanização altera a geografia da produção em São Paulo

O agronegócio é o seguinte

Alimentos, terra e preços altos

AO LONGO do segundo semestre do ano passado, o Banco Central (BC) começou o processo de flexibilização da política monetária. A aposta da autoridade monetária ficou clara e se mostrou acertada: a atividade econômica doméstica arrefeceu subitamente e a inflação começou a dar sinais de convergência para o centro da meta. A taxa de juros SELIC baixou para seu menor nível desde o Plano Real, mas não há resposta de crescimento no PIB, que deverá ficar abaixo de 2%. A alta dos alimentos é transitória, porém alguns componentes de demanda podem complicar o quadro para o Governo e o Banco Central.

Na verdade, a longa seca nos Estados Unidos em meados do ano e mais recentemente na Rússia trouxe combustão para as bolsas internacionais das *commodities* agrícolas, com cotações em pontos de recordes históricas. Com essa adversidade climática, o mundo registra, de 2006 aos dias correntes, por razões diferentes, três momentos de alta de preços, além do atual: em 2008, por causa da bolha especulativa nos mercados de *commodities*, e em 2010, devido à seca que provocou quebra na produção de grãos no leste europeu.

Em setembro, importantes decisões foram tomadas para reanimar a economia mundial. A mais importante foi o anúncio do Banco Central Europeu, que poderá comprar títulos de dívida dos países da Zona do Euro em dificuldades. Os produtores agropecuários brasileiros podem ficar otimistas. Se, por um lado, esse novo incremento de liquidez no mercado poderá forçar a taxa de câmbio para baixo, o que prejudicaria os exportadores, por outro lado, os capitais despejados pelos bancos centrais serão aplicados em ativos associados às *commodities* agrícolas e minerais. Ou seja, os preços devem se manter favoráveis por um bom tempo.

As altas cotações das *commodities* agrícolas e, consequentemente, os bons resultados obtidos pelos fazendeiros nos últimos anos têm levado ao aumento no preço da terra nos mercados norte-americano e brasileiro. No entanto, até mesmo em regiões em que o valor da terra é bastante elevado, como o estado de São Paulo, os produtores conseguem obter uma remuneração positiva do capital.

No mês de outubro, é celebrado o Dia Mundial da Alimentação. Preocupada com a alta no preço dos alimentos, a FAO, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola (Ifad) sugerem, reiteradamente, medidas para evitar uma crise alimentar. A recomendação geral é para os países evitarem o pânico na hora de fazer seus estoques de alimentos e não imporem restrições às exportações.

Os prognósticos mundiais sobre a oferta de cereais feitos pela FAO para a safra 2012/13 sofreram uma rápida redução nos últimos três meses, depois do número recorde registrado em 2011/12. A disponibilidade projetada não será suficiente para atender a demanda e os estoques sofrerão baixa, principalmente milho e trigo. Nas últimas duas décadas, o Brasil não teve crises de abastecimento. Para 2013, não há motivo para levantar hipóteses de dificuldades, mas os preços da alimentação merecerão ser acompanhados com a devida atenção.

Visitas dos dirigentes da Aprosoja Brasil às importantes regiões produtoras dos Estados Unidos relatam o impacto dramático provocado pela mais rigorosa estiagem dos últimos cinquenta anos. As informações colhidas fazem parte da matéria especial sobre a seca no território norte-americano. Algumas constatações interessantes servem para a agricultura nacional. A principal delas, sem dúvida, diz respeito ao seguro rural. Esse instrumento de política agrícola possibilitará aos produtores enfrentar uma das mais graves perdas na renda rural da história do país.

Visando a redução das queimadas e a produção sustentável da cana-de-açúcar, em 2007, foi aprovado o Protocolo Agroambiental do Estado de São Paulo. Considerando a necessidade de cumprir as metas de mecanização (a queimada deve ser extinta até 2017), dados revelam como a declividade afeta a escolha das áreas de produção. Regiões tradicionais com maior declividade, como Piracicaba, acabam sendo preteridas por novas áreas, como Araçatuba e Presidente Prudente. Já, nas regiões tradicionais com menor declividade, como Ribeirão Preto, observou-se uma expansão ainda maior da cana-de-açúcar. Esse processo tende a se intensificar nos próximos anos, conforme as datas para cumprimento das metas do Protocolo se aproximarem.

O Brasil participa da 6ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP6) e da 11ª Reunião das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) COP11, que ocorrerão na cidade de Hyderabad, na Índia. Assinado por importantes entidades do agronegócio brasileiro, o documento com o detalhamento dos argumentos do setor agrícola sobre os pontos relevantes das negociações foi recebido pelo Ministério de Relações Exteriores . É fundamental aprimorar e incentivar a implementação do Protocolo como meio de proteger a biodiversidade brasileira. ***Agroanalysis*** acompanhará o desdobramento desse encontro com informações e análises nas próximas edições. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Borba Werner
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos de Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 Homero Pereira

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
13 Frases e comentários

Mercado & Negócios

14 Economia mundial
16 Protocolo agroambiental
19 Carne suína
21 Safra 2012/13
23 Algodão
25 Valor da terra
27 Agroindústria
30 Profissionalização no agronegócio
31 Dia dos Alimentos
33 BM&FBOVESPA

Agroenergia

34 Setor sucroenergético

Sustentabilidade

37 Negociações internacionais
38 Mudanças climáticas

Especial Aprosoja

40 Quebra na safra americana

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



14 Economia mundial

Sustentabilidade



38 Mudanças climáticas

Especial Aprosoja



40 Quebra na safra americana

Homero Pereira
Deputado federal (PSD-MT), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

Não existe fraqueza política no setor produtivo

Por Paulo Roque

PRODUTOR RURAL, técnico agropecuário e economista, aos 57 anos de idade, o deputado federal Homero Pereira (PSD-MT) tem pouco mais de três décadas dedicadas à agropecuária. Considerado líder nato, inclusive por muitos de seus opositores, ele comandou importantes entidades: a Federação da Agricultura e Pecuária (Famato) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Atualmente, exerce os cargos de vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da Frente de Logística de Transportes e Armazenagem (Frenlog).

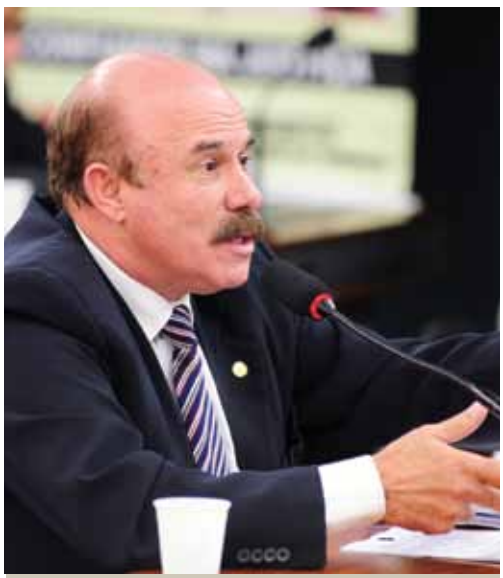
Após a morte do líder rural do Congresso Nacional, o senador mato-grossense Jonas Pinheiro (DEM), o deputado Homero tem sido constantemente mencionado como o seu substituto, muito embora ele não goste dessa comparação, porque acha que ninguém substitui ninguém.

Foi responsável por grandes manifestações, como o movimento Tratoraço, em 2005. Essa habilidade lançou-o na política mais por vontade do setor que ele representa do que por satisfação pessoal. Ele sempre diz: "a política não me envaidece, mas muito me enobrece".

Já no primeiro mandato, Homero Pereira conquistou espaço de destaque na Câmara dos Deputados, devido à sua habilidade em negociações importantes, como a do endividamento rural e o Código Florestal. É considerado moderado, sabe ouvir e tem um dom como ninguém para equilibrar os interesses divergentes entre os colegas.

Essas características elevaram-no por aclamação ao posto de presidente da FPA, uma das bancadas mais fortes e unidas do Congresso Nacional.

Nesta entrevista exclusiva à Agronalysis, o deputado fala sobre o Código Florestal, que, para ele, "não será o código dos sonhos", mas reflete o estágio democrático em que vivemos. A Rio+20 também é lembrada: "o Brasil pôde mostrar que é possível, sim, conviverem em harmonia produção e preservação; em outros termos, produzir com sustentabilidade". Ele faz questão de enfatizar que, mesmo com uma grande bancada ruralista no Congresso Nacional, não existe fraqueza política no setor, pois há representação, porém ainda falta, por parte de alguns representantes da sociedade brasileira, o merecido respeito ao trabalho do agricultor brasileiro. E lembra que, mesmo tendo algumas divergências pontuais, pode afirmar que a bancada que representa o setor produtivo rural é unida – tanto que alguns setores tentam enfraquecê-la, dividi-la.



GUSTAVO LIMA

"... cabe aos deputados e senadores, que representam o todo da sociedade brasileira, decidir quais rumos seguir"

> “... a nossa bancada é suprapartidária. É desejável, porém, que tenhamos um discurso mais afinado”

AGROANALYSIS A definição do Código Florestal parece uma sinfonia inacabada. Parece que cada vez mais frustra ambientalistas e setores produtivos?

HOMERO PEREIRA Sinceramente, não vejo por que a definição do Código Florestal seja uma sinfonia inacabada que frustre tanto ambientalistas, quanto produtores. Reconheço que não será um código dos sonhos, nem dos que se apresentam como defensores do meio ambiente, nem tampouco do setor produtivo rural. É importante ter em mente que a construção desta nova legislação reflete de forma muito evidente o estágio democrático em que vivemos. Hoje, todos os atores envolvidos neste debate sabem que o resultado de todo o processo em questão espelha a capacidade de ambos os lados em entender o posicionamento de seu representante. Uma coisa é certa: exercitou-se aqui, ao extremo, seja de que lado for, o múltiplo entendimento. Afinal, foram anos e anos de negociações.

AGROANALYSIS Falta Ciência para dar melhor sustentação às discussões do código?

PEREIRA De jeito nenhum. Posso-lhe afirmar que a Ciência foi ouvida e muito ouvida. É importante para isso lembrar as dezenas de audiências públicas externas organizadas pela comissão especial presidida pelo saudoso deputado Moacir Micheletto e que teve como relator o ilustre deputado Aldo Rebelo, hoje ministro dos Esportes, que produziu um brilhante relatório. Sem falar também nas outras dezenas de audiências públicas ocorridas dentro das dependências do Congresso Nacional, onde, na maioria das oportunidades, acompanhamos apresentações de diversos professores e pesquisadores. A Academia e a Embrapa foram ouvidas nessas discussões, assim como outras instituições.

Observo apenas que a queixa de alguns, na verdade, reflete a insatisfação daqueles que não foram capazes, diferente de tantos outros, de convencer os parlamentares de suas teses científicas. Na formulação de leis, é fundamental lembrar que cabe à Ciência subsidiar o parlamento, mas cabe aos deputados e senadores, que representam o todo da sociedade brasileira, decidir quais rumos seguir.

AGROANALYSIS Com relação à Rio+20, ficou a impressão da agropecuária ter desempenhado um papel importante?

PEREIRA Sim, na Conferência das Nações Unidas, foi possível verificar, de forma muito evidente, que a sociedade mundial percebe que a maioria dos problemas ambientais do planeta está nas zonas urbanas e não no meio rural, como muitos insistem em alastrar por aí. Estivemos presentes nesse evento e, lá, pudemos ver que, na verdade, o meio urbano começa a reconhecer no campo um grande aliado, não só na garantia da segurança alimentar, que o planeta precisa cada vez mais nestes tempos, como também na proteção do meio ambiente. Nosso sentimento é de que, na Rio+20, o Brasil pôde mostrar que é possível, sim, conviverem em harmonia produção e preservação; em outros termos, produzir com sustentabilidade.

AGROANALYSIS Apesar de pequena, houve uma articulação entre as cadeias produtivas para a Rio+20?

PEREIRA Houve. Talvez não na intensidade e na profundidade que se desejasse. Algumas reuniões foram promovidas pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) nesse sentido. Esses encontros ocorreram com as entidades parceiras e entre nós, parlamentares. As entidades representativas do setor produtivo rural debateram e se envolveram com o tema da conferência e, lá, algumas estiveram presentes, acompanhando os debates. A Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), por exemplo, montou um estande nas dependências do evento e seus líderes acompanharam de perto os posicionamentos, as sugestões e os debates ocorridos por lá.

AGROANALYSIS Será que a imagem e a percepção sobre o agronegócio são tão negativas pela sociedade brasileira?

PEREIRA Como disse anteriormente, vejo que a imagem negativa, tão comentada no passado, já começa a se inverter. Hoje, o cidadão urbano percebe que o produtor rural é antes de mais nada um cidadão como todo o brasileiro: chova ou faça sol, acorda cedo para trabalhar e toma para si, assim como cada um em seu ofício, a responsabilidade de fazer uma parte deste grande País, sendo a sua parte a de abdicar das vantagens da zona urbana, dessa dita qualidade de vida. Portanto, sem cinema, sem teatro, sem segurança, sem restaurante, sem asfalto, sem escola ou hospital perto, o agricultor realiza com muita satisfação a produção de fibras, proteínas, alimentos e energia, de modo a garantir que tudo funcione a partir do setor primeiro da economia. Entendo que essa percepção negativa pode ser mudada para uma percepção positiva com uma campanha institucional de marketing, mostrando para o consumidor que, se ele está comendo o pão, todos os dias, a carne, o feijão, o arroz, os legumes, as frutas, o

leite, é porque, em algum lugar deste Brasil, tem alguém plantando e colhendo. E esse alguém é o produtor rural, que deveria ser tratado com mais respeito e estima. Enfrentando tantas adversidades, esse é o nosso verdadeiro herói.

AGROANALYSIS Com uma grande bancada ruralista, pode-se dizer que o setor ressente-se de fraqueza política?

PEREIRA Fraqueza política? Não, o setor não se ressente de representação política, mas o que ainda nos falta é, sim, por parte de alguns representantes da sociedade brasileira, o merecido respeito ao trabalho do agricultor brasileiro. Mas que não pareça reclamação, pois temos certeza de que um dia seremos todos respeitados, independente de qualquer prejulgamento. Além da representação política propriamente dita, o setor produtivo rural é muito bem representado pelas entidades sindicais, cooperativistas, associações de classe, entre outras. Mesmo com algumas divergências pontuais, posso afirmar que a bancada que representa o setor produtivo rural é unida – tanto que alguns setores tentam enfraquecê-la, dividi-la. É bom lembrar que a nossa bancada é formada por diferentes partidos de diferentes ideologias, mas todos aqui temos um foco, qual seja, o de defender incondicionalmente o setor produtivo rural. Nesse aspecto, a nossa bancada é suprapartidária. É desejável, porém, que tenhamos um discurso mais afinado.

AGROANALYSIS Com diversos ministérios e secretarias envolvidos, a governança pública da agropecuária é confusa?

PEREIRA Entendo que existe sempre, em princípio, boa vontade por parte de quem participa dessa governança. Porém, ainda não se enxerga no País a disposição necessária para que exista uma verdadeira política agrícola, aquela que seria capaz de planejar o Brasil a longo, médio e curto prazo. O que tem existido, desde há muito tempo, são planos de curta duração, em ações imediatistas. No meu entender, está faltando aos formuladores de políticas públicas essa visão de futuro, uma visão mais prospectiva. Está faltando mais sinergia.

AGROANALYSIS Fala-se em código agroambiental para melhorar a ocupação e o uso do solo. Esse é o caminho?

PEREIRA Pode até ser, mas a ocupação do território nacional, mais do que depender de leis, depende da capacidade do produtor, e isso nós temos para dar e vender de sobra. Não se estabelece regras para o crescimento econômico de um país por meio de leis dissociadas da realidade, ou que sejam socialmente injustas, ou mesmo economicamente inviáveis de serem atendidas. Veja que a legislação ambiental brasileira dispõe, hoje, de aproximadamente 17 mil leis, entre decretos, portarias, normas, resoluções etc. e todas para dificultar e trazer aflição ao homem do campo, naquilo que se convencionou denominar de insegurança jurídica. O crescimento, ainda mais de um setor como o que produz alimentos (para o Brasil e o mundo), depende da necessidade da sociedade, seja ela de onde for.



GERARDO LAZZARI

> “... a ocupação do território nacional, mais que depender de leis, depende da capacidade do produtor, e isso nós temos para dar e vender de sobra”

AGROANALYSIS Como apresentar e cobrar estratégias do Governo para com o agronegócio?

PEREIRA Temos feito isso de forma sistêmica. E não é de hoje. Lamentamos apenas que, na maioria das vezes, ainda tenhamos que discutir ações remediadoras. Gostaríamos de cada vez mais estar debatendo aspectos propositivos, que possam, de forma antecipada, estabelecer parâmetros de crescimento em ritmo constante. Não me canso de dizer aos quatro cantos do País que o segmento mais exitoso da nossa economia é o setor da agropecuária. As estatísticas provam isso: crescimento da produção via produtividade, crescimento das exportações, crescimento na geração dos empregos, na renda e, por último, crescimento do PIB.

Por tudo isso, defendemos um programa nos moldes do Brasil Maior, aquele que foi destinado à indústria. Nessa história, será que somos o patinho grande e feio? Espero que, um dia, o setor produtivo rural seja considerado pelo governo federal o “cisne branco” da nossa economia, como na realidade o é. “Ah... se não fosse o setor da agropecuária!” ■

Macroeconomia

Política monetária em perspectiva

Rogério Mori*

AO LONGO do segundo semestre do ano passado, o Banco Central (BC) começou um processo de flexibilização da política monetária, que se mantém até agora. Depois de alguma surpresa inicial, ficou claro que a aposta da autoridade monetária se mostrou acertada: a atividade econômica doméstica arrefeceu subitamente e a inflação começou a dar sinais de convergência para o centro da meta.

No entanto, o ano de 2012 trouxe novas surpresas. Nossa economia começou a demonstrar uma crescente debilidade em termos de crescimento do produto. As indicações são de que o PIB brasileiro irá crescer algo em torno de 1,5% neste ano.

Esse resultado surpreende: o Brasil convive, hoje, com a menor taxa de juros desde a implementação do real e a resposta, em termos de crescimento, é pequena. Some-se a isso o fato de que a taxa de desemprego brasileira está, atualmente, em patamar relativamente baixo.

Claramente, é necessário considerar nesse processo as defasagens inerentes da política monetária. Tais defasagens ocorrem desde a identificação da necessidade de um ajuste de curso até os efeitos sobre a atividade econômica e inflação decorrentes da implementação de mudanças no instrumento em si.

Porém, parece que a economia brasileira tinha uma velocidade de resposta maior nos ciclos anteriores. Sob essa perspectiva, soma-se à surpresa da fraca atividade brasileira o fato de que a política fiscal também tem sido expansionista nesses meses.

O quadro atual parece complicar-se para o BC, dado que a inflação começou a dar sinais recentes de novas altas. O aumento recente da inflação tem sido associado às altas de preços de alimentos, que podem ser transitórias.

No entanto, a maior problemática reside no fato de que alguns elementos da alta da inflação recente parecem apontar para componentes da demanda, o que, caso esse quadro seja confirmado, indica que a alta inflação não é passageira.

Caso isso se verifique, o processo de flexibilização da política monetária pode ter chegado ao fim.

Esse é um cenário complicado para o Banco Central e para o Governo, uma vez que a economia brasileira ainda dá mostras concretas de fragilidade em termos de crescimento. O quadro ideal para o BC, neste momento, seria que a inflação continuasse sua trajetória de convergência para o centro da meta de maneira contínua e que a economia brasileira começasse a dar sinais mais claros de retomada.

Esse fenômeno conjugaria um quadro virtuoso para o Governo e o ciclo de queda da Selic estaria definitivamente encerrado.

Os próximos indicadores relativos à atividade econômica e inflação brasileiras ditarão essa tônica. Ao que tudo indica, no entanto, é inescapável que a economia brasileira cresça menos de 2% em 2012.

Em certo sentido, esse ambiente alinha-se com o que ocorre na economia global. A economia europeia, por exemplo, dá sinais concretos de desaceleração. O quadro de recessão, que antes se limitava em grande medida aos países em crise, alastra-se para as principais economias da Europa, e mesmo a Alemanha, que apresentava um quadro de relativo crescimento econômico, dá sinais concretos de desaceleração.

A economia norte-americana, por sua vez, segue patinando, registrando números que ainda não inspiram confiança em termos de uma retomada mais concreta. Mesmo a China, cuja economia crescia recorrentemente no patamar de 10% ao ano, dá sinais de perda de pujança.

Esse não é um quadro animador tanto para o Brasil, quanto para o resto do mundo. Do ponto de vista da política monetária, isso se traduz na prática de taxas de juros próximas a zero nas principais economias desenvolvidas, com abundância de liquidez proporcionada pelos bancos centrais desses países.

Sob essa lógica, seria ideal que o Banco Central brasileiro continuasse a diminuir a meta da taxa básica de juros – Selic – nas próximas reuniões do Copom, reduzindo assim o diferencial praticado entre a taxa de juros doméstica e as taxas de juros internacionais.

De qualquer forma, tudo dependerá do ritmo da inflação brasileira nos próximos meses. Caso o cenário de alta de fato se cristalize, seria prudente o BC encerrar, de fato, o ciclo de flexibilização da política monetária em curso. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

SUSPENSA A PORTARIA 303

A Advocacia Geral da União (AGU) suspendeu a Portaria 303, que normatiza o regime jurídico da demarcação e da gestão de Terras Indígenas (TIs) no Brasil. Prevista para entrar em vigor no final do último mês de setembro, ficará suspensa até o dia do julgamento do mérito das ações judiciais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Alvo de críticas e ações judiciais, é mais um tema que divide opiniões. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) encaminhou, via Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), ofício ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pedindo que a Portaria 303 seja mantida, "sob pena de se instalar uma insegurança jurídica no País".

DESINFORMAÇÃO CIENTÍFICA

A divulgação de estudos desenvolvidos sem metodologia científica adequada e elaborados de forma tendenciosa é alvo de preocupação da Associação Nacional de Biossegurança (ANBio). A entidade alerta a sociedade, através da sua presidente, Leila Oda, alegando que posições ideológicas podem influenciar de maneira bastante negativa a compreensão a respeito de informações científicas idôneas sobre alimentos transgênicos, vacinas e, até mesmo, medicamentos biológicos produzidos pela biotecnologia moderna.

DESONERAÇÃO AJUDA AVES E SUÍNOS

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou os vinte e cinco setores que serão beneficiados pela desoneração de folha de pagamento, dentro do Plano Brasil Maior, o que implicará uma renúncia de R$ 12,8 bilhões em 2013. Entre eles, estão as indústrias de aves, suínos e derivados, que ainda contam com uma vantagem: se exportarem 100% da sua produção, não pagarão nada sobre o faturamento. Em quatro anos (2013-2016), a desoneração da folha terá um custo de R$ 60 bilhões. A decisão substituirá a contribuição patronal de 20% ao INSS por uma alíquota de 1% sobre o faturamento.

DESEMPREGO NA AVICULTURA

Atualmente, a avicultura gera mais de 500 mil empregos diretos, sendo responsável por 1,5% do PIB nacional. Com a crise atual, mais de 6 mil postos de trabalho já foram perdidos e há expectativa de redução de 10% na produção do setor durante o segundo semestre deste ano. Os dados são da Ubabef (União Brasileira de Avicultura).

AGOSTO, O MELHOR MÊS PARA A CARNE SUÍNA


SXC.HU

Agosto foi o melhor mês do ano para o setor de exportações de carne suína, que alcançou 54,71 mil toneladas e foi o segundo em receita, com US$ 134,42 milhões. As vendas aumentaram 19,24% em volume e 10,10% em valor, na comparação com agosto de 2011. A Rússia foi o maior importador: 14.241 toneladas (US$ 38,10 milhões), um crescimento de 387,43% em volume e 327,57% em valor, em relação a agosto de 2011. Os dados são da Abpecs (Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Carne Suína).

BB BENEFICIA EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO

O Banco do Brasil reduziu as taxas de juros da linha de crédito BB Giro Empresa Flex Agro, direcionada às empresas que atuam na cadeia produtiva do agronegócio com faturamento a partir de R$ 1 milhão. Trata-se de empresas que comercializam, beneficiam ou industrializam produtos agropecuários adquiridos diretamente de produtores rurais ou de suas cooperativas e empresas que comercializam, beneficiam ou industrializam insumos e os vendem a produtores rurais ou às suas cooperativas. As operações podem ser contratadas com juros a partir de 0,898% ao mês. O limite do empréstimo é calculado com base na performance da empresa verificada nos últimos doze meses.

PLANTIO DIRETO GANHA DATA COMEMORATIVA

Durante a última reunião da Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação, em Brasília, foi aprovada a proposta para a instituição do Dia Nacional do Plantio Direto, em 23 de novembro. A proposição será encaminhada à Câmara dos Deputados para a formulação de um projeto de lei e apreciação ainda neste ano. A iniciativa tem o apoio dos ministérios da Agricultura e da Integração Nacional, além da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha.

LEILÕES GARANTEM PREÇO DA LARANJA

O Governo destinou R$ 120 milhões para a realização de leilões públicos de equalização dos preços da laranja produzida em São Paulo e em Minas Gerais. Os leilões serão realizados pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que utilizará como mecanismos de apoio à comercialização o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) e o Prêmio de Escoamento de Produto (Pep), para laranja in natura, da safra 2012. No Pep, os participantes serão os compradores de laranja diretamente do citricultor que disputam o prêmio em leilão com o compromisso de pagar o preço mínimo de R$ 10,10/cx. No Pepro, os próprios produtores é que participam dos leilões como arrematantes do prêmio. Neste caso, o prêmio máximo oferecido é de R$ 3,16/cx.


SXC.HU

MILHO BIOFORTIFICADO

A Embrapa Milho e Sorgo está desenvolvendo a primeira variedade brasileira de milho com teores aumentados de precursores de vitamina A (proVA), importantes para prevenir e aumentar a imunidade à cegueira. A novidade, segundo a Abimilho (Associação Brasileira da Indústria do Milho), é recebida não apenas pela comunidade científica, mas também pela indústria de alimentos, médicos e nutricionistas.


SXC.HU

DENOMINAÇÃO DE ORIGEM

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) concedeu o primeiro registro de Denominação de Origem (DO) do Brasil aos vinhos e espumantes produzidos no Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Para tanto, foram necessárias pesquisas de comprovação da tipicidade dos produtos, realizadas pelos produtores, com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Apesar de ser o primeiro a obter o registro de DO para vinhos e espumantes no Brasil, o Vale dos Vinhedos já possui este mesmo registro na União Europeia, desde 2010.

SOJA OCUPA MAIS ÁREA NO PARANÁ

Na safra de verão 2012/13, a soja vai ocupar 80% da área cultivada de grãos no Paraná, a maior já destinada à cultura no estado. A informação é do secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara. No total, as lavouras de grãos ocuparão 5,67 milhões de hectares de lavouras, sendo 4,56 milhões de hectares ocupados pela leguminosa. De acordo com a Safras & Mercado, embora a área plantada com soja seja a maior da história, as estimativas ainda não apontam para um recorde na produção do grão. A previsão é de que o Paraná colha 14,99 milhões de toneladas de soja – abaixo do recorde estadual, registrado na safra 2010/11, quando foram colhidos 15,34 milhões de toneladas.


SXC.HU

RECORDE NO PREÇO DA SOJA

Analistas da empresa de consultoria alemã Oil World preveem que os preços da soja podem atingir um novo recorde de mais de 18 dólares por *bushel,* este ano, na bolsa de Chicago. O motivo: a colheita norte-americana não será grande o suficiente para atender a demanda global até a nova colheita na América do Sul no início de 2013.

POR UM COOPERATIVISMO MELHOR


DIVULGAÇÃO/OCB

É o momento de escolher, por meio do voto, aqueles que serão os nossos representantes nos poderes Legislativo e Executivo, em âmbito municipal. Assim como os demais setores da economia, o cooperativismo tem carência de políticas públicas que atendam as suas necessidades e, em um país democrático como o Brasil, há maior influência na formulação dessas medidas a partir de uma representação legítima. Estamos falando do comprometimento do setor com os candidatos e destes para com as cooperativas, não importando a bandeira ideológica ou partidária e, sim, o compromisso com as causas do movimento. Não há dúvidas de que a escolha certa feita agora se refletirá em marcos legais regulatórios importantes para o crescimento do setor.

Márcio Lopes de Freitas, presidente do Sistema OCB



SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

ATIVIDADES DO CN



O ritmo no Congresso Nacional, durante o período que antecede as eleições, está concentrado em semanas pré-determinadas pelos presidentes das duas Casas – os chamados esforços concentrados. Porém, isso não afeta as discussões que atingem diretamente a população. Exemplo disso são os debates sobre o chamado Estatuto do Motorista, Lei 12.619/12, publicada em 30 de abril deste ano. No dia 8 de agosto, caminhoneiros de todo o Brasil estiveram reunidos na Câmara dos Deputados para criar o Fórum Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas, com o intuito de defender os interesses da categoria. E a OCB, como entidade representativa do cooperativismo no País, inclusive das cooperativas do ramo Transporte, tem participado de todo o processo, defendendo o aperfeiçoamento da legislação que disciplina essa atividade ímpar para a economia brasileira.

SISTEMA OCB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012

As eleições municipais se aproximam. Com o intuito de estimular os cooperativistas de todo o País a exercerem sua cidadania de forma atuante e, simultaneamente, fortalecer o movimento cooperativista, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), assim como no período eleitoral anterior, lançou a cartilha "Cooperativismo e eleições 2012". A publicação traz questões consideradas determinantes para uma clara concepção da atuação do cooperativismo no cenário eleitoral. Conhecendo a base normativa que vai regular as eleições, os integrantes do sistema poderão nortear suas ações, sabendo o que é permitido ou não fazer durante o pleito. A intenção é enriquecer cada vez mais o processo democrático de escolha dos dirigentes, bem como consolidar a representação cooperativista nos poderes públicos.

"Não podemos ficar alheios a esta realidade. Temos de ter a consciência de nosso papel como profissionais da agricultura. Estamos avançando muito, mas temos muito para crescer em termos de produtividade."

IVAN CRUZ, presidente da Associação Brasileira de Milho e Sorgo, sobre a necessidade de buscar o equilíbrio entre as cadeias de milho e sorgo com as que mais dependem dos grãos, como a avicultura e suinocultura, durante o 29º Congresso Nacional de Milho e Sorgo, realizado na última semana em Águas de Lindoia (SP)

"O Brasil é o único país do mundo entre os grandes produtores globais de carne bovina que não possui tipificação de carcaça em seu sistema de produção."

EDUARDO BIAGI, presidente da ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), durante debate na Interconf 2012

"Eu costumo dizer que vendemos a carne brasileira por pura teimosia, porque é um dos únicos produtos que produzimos bem e em escala que não tem marketing."

EDUARDO MOURA, presidente da Assocon (Associação Nacional dos Confinadores), em seu discurso de abertura da Interconf 2012 (Conferência Internacional de Confinadores), em Goiânia (GO)



ANPR

"O produtor fez as contas, analisou as influências do clima sobre as culturas e concluiu que nesta safra a soja seria a melhor opção."

NORBERTO ORTIGARA, secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, sobre plantio de soja naquele estado na safra de verão 2012/13

"Atualmente, a segunda safra representa importante aporte financeiro ao produtor. A receita do cultivo de segunda safra impulsiona o comércio local, proporciona melhor fluxo de caixa ao produtor, diminui a ociosidade das máquinas e dos equipamentos e mantém o empregado no campo."

JOSÉ HENRIQUE HASSE, da Cerealpar, sobre a produção de milho no Mato Grosso, em palestra no 29º Congresso Nacional de Milho e Sorgo

"É preciso haver maior integração para entendermos melhor a demanda do mercado para realizar um planejamento estratégico para o segmento. E, para sabermos onde precisamos investir mais, temos de ter claras nossas metas e objetivos."

HAMILTON RAMOS, do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), no 29º Congresso Nacional de Milho e Sorgo

"Existem comentários de que as exportações estão fazendo o preço subir no mercado interno. Isso não é verdade. O preço está alto por diversas razões, principalmente a perda de 100 milhões de toneladas, provocada pela seca nos Estados Unidos. O milho é uma *commodity* e o preço é feito em Chicago."

EDILSON GUIMARÃES, diretor de Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

"Se continuar nesse ritmo, esse produtor pode andar de turbante."

ANDRÉ PESSÔA, diretor da Agroconsult, fazendo uma analogia com os produtores brasileiros de soja e os de petróleo árabes, devido ao bom momento pelo qual passa a oleaginosa, em palestra no 2º Congresso Brasileiro de Fertilizantes, em São Paulo (SP)

Economia mundial

Otimismo nos preços agrícolas

Felippe Serigati*

EM SETEMBRO, três importantes decisões foram tomadas para reanimar a economia mundial:

• o Banco Central Europeu (BCE) decidiu que poderá comprar títulos de dívida dos países da Zona do Euro em dificuldades;

• a Suprema Corte alemã afirmou que são legais os aportes de recursos do seu país para os fundos de estabilização; e

• o Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos Estados Unidos) anunciou a terceira rodada de injeção maciça de dinheiro na economia.

Embora estas decisões tenham sido bastante comemoradas por muitos analistas, políticos e pelo mercado, não agradaram a todos. Porém, os produtores agropecuários devem ficar otimistas com seus desdobramentos.

Banco Central Europeu: a decisão que quase todos aguardavam

Finalmente, o presidente do BCE, Mario Draghi, anunciou a medida que quase todos estavam esperando: a decisão de comprar um volume ilimitado de títulos públicos se algum país da Zona do Euro tiver dificuldade para rolar suas dívidas. Por enquanto, esta compra se dará apenas nos mercados secundários, ou seja, o BCE não vai injetar diretamente dinheiro nos países problemáticos, mas garantirá que qualquer agente privado que detenha tais papéis consiga encontrar um comprador quando, por qualquer motivo, quiser se desfazer deles. Com isso, espera-se que diminua a percepção de risco associada a estes papéis. Afinal, ninguém morrerá com estes micos em seus balanços; em última instância, o próprio BCE irá adquirir os títulos que ninguém mais quer.

No entanto, se essa resolução era tão aguardada, por que demorou tanto tempo para ser estabelecida? Demorou porque havia (e ainda há) muita resistência vinda de parte da sociedade dos países da área norte da Zona do Euro (Alemanha, Holanda, Áustria, Bélgica, Luxemburgo e Finlândia). Este grupo argumenta que, sem a garantia de que haverá uma integração fiscal entre os países da Zona do Euro, permitir que o BCE faça compras ilimitadas de títulos públicos significará apenas uma transferência de recursos dos países com as contas em ordem para aqueles com dificuldade para rolar seus papéis.

O BCE está ciente desse risco e solicitou que a comissão europeia, em parceira com os governos locais, estabelecesse as regras que definirão quando e como essa intervenção poderá acontecer. Isso significa que, apesar do otimismo dos mercados, ainda tem muita água para rolar até que a solução da crise do euro esteja equacionada. Todavia, a direção está mais clara: aprofundar o nível de integração entre os Estados europeus. Enfim, esta decisão pode não ter resolvido o problema, mas reduziu as expectativas de que a Zona do Euro venha a ser fragmentada.

Suprema Corte alemã: os fundos de emergência são legais

O tamanho da conta a ser paga para salvar os países problemáticos e, consequentemente, o próprio euro tem desagradado há tempos parte da sociedade alemã. Na visão deles, não faz sentido assumir as responsabilidades financeiras de nações que não querem abrir mão de um



SXC.HU

comportamento mais frugal. Este grupo questionou a legalidade dos aportes alemães aos fundos de emergência, tal qual o ESM (European Stability Mechanism), a ponto de forçar a Corte Constitucional de Kalrsruhe (uma espécie de Suprema Corte alemã) a analisar a questão.

A expectativa com relação à decisão desta Corte estava gerando grande nervosismo no mercado, pois caso os juízes decidissem que os aportes eram ilegais, os fundos perderiam parte significativa do seu capital, bem como abririam a possibilidade de que outras nações também questionassem a legalidade dos aportes, tornando assim inválido um importante instrumento para rolar as dívidas dos países problemáticos. Diante desse risco, os mercados comemoraram quando a Corte Constitucional decidiu pela legalidade dos aportes.

Nova chuva de dinheiro do governo norte-americano: o QE3

Desde a piora da situação grega, havia forte pressão para que o BCE fizesse algo parecido com o que o Fed tem feito desde 2009: injeção maciça de dinheiro na economia por meio de compra de ativos com baixa liquidez. Essas maciças compras de ativos tinham dois objetivos:

• evitar que a economia norte-americana – e mundial, por consequência – caísse em pesada depressão, tal qual em 1929; e

• estimular o ritmo da atividade econômica.

O primeiro objetivo foi alçando; evitou-se, ao menos até o presente momento, uma forte depressão. Todavia, o segundo objetivo ainda está longe de ser alcançado. Embora a economia norte-americana tenha exibido periodicamente sinais de melhora, eles são muito tímidos e seu maior mérito é sinalizar que a situação, pelo menos, não está piorando.

Nos últimos trimestres, os indicadores de crescimento do PIB e, principalmente, a taxa de desemprego não apresentaram resultados animadores. Como um novo esforço para reverter esta situação, o presidente do Fed, Ben Bernanke, anunciou que faria uma terceira rodada da política de expansão da liquidez – chamada de Quantitative Easing (QE). Nesta terceira rodada, o Fed:

• determinou que comprará mensalmente ativos ligados a hipotecas, somando US$ 40 bi, para reduzir o custo dos financiamentos imobiliários. Esta política permanecerá ativa por tempo indeterminado, até que a economia exiba sinais favoráveis e consistentes;

• estendeu o período em que as taxas de juros permanecerão muito baixas (variando entre 0 e 0,25% a.a.): até o primeiro semestre de 2015; e

• anunciou que, caso as compras de ativos hipotecários não consigam reanimar a economia, o Fed poderá comprar outros ativos e utilizar outros instrumentos na tentativa de estimular o crescimento, desde que preserve a estabilidade dos preços.

Enfim, o Fed, mais uma vez, mostrou que tem muita munição e disposição para usá-la.

Nem todo mundo gostou

As decisões do Fed e do BCE foram comemoradas por muitos analistas e bem recebidas pelo mercado. No entanto, também há muita gente insatisfeita com estas decisões. As principais críticas são:

• os bancos centrais já jogaram muito dinheiro no mercado. Quando começarão a recolher este excesso de liquidez? E, mais difícil, como farão isso?

• a economia mundial está operando, desde 2009, com ampla oferta de dinheiro e baixíssimas taxas de juros. Esta é a combinação ideal para a formação de bolhas. Qual é a próxima? Mercado imobiliário de países emergentes? Preços de *commodities* agrícolas e minerais?

• os instrumentos clássicos de intervenção na economia (gastos governamentais, taxas de juros e compra de títulos) já foram amplamente utilizados e os resultados ainda são tímidos. Se a economia mundial tiver outro tropeço – por exemplo, se a desaceleração da economia chinesa for mais intensa do que o esperado –, quais instrumentos restarão aos governos para dar um novo choque positivo nos mercados?

Os produtores nacionais devem ficar otimistas

Os produtores agropecuários brasileiros devem receber com otimismo estas três notícias. Por um lado, esse novo incremento de liquidez no mercado internacional poderia forçar a taxa de câmbio brasileira para baixo, o que prejudicaria os exportadores. No entanto, isso não acontecerá em um primeiro momento, pois as medidas anunciadas derrubaram a percepção de risco nos países centrais, que, por sua vez, atraíram os capitais para dentro das suas fronteiras. Todavia, como o retorno é maior nos mercados emergentes, uma vez reduzida a aversão ao risco, os capitais voltarão a pressionar a taxa de câmbio nacional. Porém, como o Governo provavelmente irá intervir no mercado cambial, mantendo sua cotação entre R$ 2,00 e R$ 2,10 por dólar, os produtores não devem sentir esse efeito.

Abraçando a tese otimismo, enquanto as economias dos países centrais não deslancharem, os capitais despejados pelos bancos centrais serão aplicados em ativos cuja valorização esteja associada aos movimentos de *commodities* agrícolas e minerais. Ou seja, os preços dessas *commodities* continuarão em patamares favoráveis por um tempo razoável. Como ressalva, é importante lembrar que a China é o principal fundamento que atrai estes recursos às *commodities* agrícolas. Há evidências de que a economia chinesa esteja desacelerando-se mais intensamente do que era desejado. Além das questões econômicas, haverá, agora em outubro, a posse do novo dirigente supremo chinês, Xi Jinping. É importante que todos fiquem de olho no que acontece por lá. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)

Protocolo agroambiental

Riscos e oportunidades

Bruno Perosa[1]
Carlos Eduardo Fredo[2]
Walter Belik[3]

O PROTOCOLO Agroambiental do Estado de São Paulo foi aprovado em 2007, visando complementar a legislação em vigor que previa a redução das queimadas e a produção sustentável da cana-de-açúcar. Resultado de uma coalizão de interesses públicos e privados, essa ação foi produto de um acordo entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria do Meio Ambiente, Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-sul do Brasil (ORPLANA) e União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA).

Pelo lado do Governo, a principal justificativa para extinção das queimadas era a de reduzir os impactos da atividade canavieira sobre populações vivendo nas cercanias de plantações. A poluição decorrente da queima da cana sempre representou sério prejuízo à saúde, elevando substancialmente a incidência de doenças respiratórias nessas regiões. Deve-se levar em consideração também que o período em que ocorre a queimada da cana-de-açúcar coincide com a época do ano em que a umidade do ar é ainda mais reduzida e, portanto, tornam-se mais agravantes as crises respiratórias da população.

Pelo lado empresarial, fica evidente que a iniciativa de antecipar as metas para o fim das queimadas é parte de uma estratégia para acessar os mercados externos, notadamente os Estados Unidos e a União Europeia. Nesse sentido, é saliente o esforço da UNICA em reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa no ciclo de produção do etanol. O mercado de biocombustíveis sustentáveis está se ampliando rapidamente. A política vigente nos EUA especifica mandatos específicos com volumes obrigatórios de consumo em função da redução de emissões em relação às alternativas fósseis. Na Europa, o plano de substituição de combustíveis fósseis prevê uma participação de 20% de biocombustíveis na mistura até 2020, mas também exige que os biocombustíveis



SXC.HU

Consequências produtivas e socioeconômicas do Protocolo

Escolha das regiões de plantio: o limite das máquinas

Os dados apresentados revelam como a declividade afeta o processo de mecanização. Considerando a necessidade de cumprir as metas de mecanização (total extinção da queimada até 2017), a escolha das terras para expansão dessa cultura deve ser pautada pelo custo de mecanizar. Essa tendência já se observa e regiões tradicionais com maior declividade, como Piracicaba, acabam sendo preteridas por novas áreas, como Araçatuba e Presidente Prudente. Já nas regiões tradicionais com menor declividade, como Ribeirão Preto, observou-se uma expansão ainda maior da cana-de-açúcar. Esse processo tende a se intensificar nos próximos anos, conforme as datas para cumprimento das metas do Protocolo se aproximarem.

A explicação para isso está em grande parte ligada a limitações das máquinas, que apresentam queda de rendimento na colheita da cana em regiões com maior declividade. Especialistas afirmam que as colheitadeiras disponíveis no mercado são pouco customizadas para as especificidades do setor, sendo resultado de adaptações de máquinas projetadas originalmente para colheita de grãos.

Além das limitações de engenharia, verifica-se também a falta de preparo do solo e de mão de obra pouco qualificada, responsável pela operação das máquinas. Como consequência, observam-se perdas superiores às observadas na colheita manual, dado que o corte é feito em um ponto mais elevado da cana. Tendo em vista que a queimada ajuda a reduzir essas perdas, vem ocorrendo uma inusitada situação de uso de queimada mesmo em áreas com colheita mecanizada.

Estudos recentes demonstram que a utilização das colheitadeiras também não está isenta de impactos no meio ambiente, pois o seu uso continuado pode afetar a produtividade do solo nas safras subsequentes. A compactação causada pelo peso pouco distribuído demanda ações para recuperação do solo, ocasionando perda de nutrientes, que precisarão ser repostos.

Mecanização e desemprego

Na safra 2007/2008, dados do IEA estimavam que 41,7% da área colhida do estado de São Paulo já se encontravam mecanizados. Esse índice de mecanização gerava um total de 163.098 empregos nas atividades de colheita. Já na safra 2010/2011, com 69,8% da colheita mecanizada, o número estimado de trabalhadores foi de 103.054.

Ou seja, em três anos, eliminaram-se 60.044 trabalhadores. Não há uma estimativa oficial para dizer quantos trabalhadores que foram requalificados, realocados ou que tenham engrossado o grupo dos desempregados. O fato de boa parte dessa mão de obra ser composta por migrantes de outras regiões dificulta ainda mais esse cálculo, não especificando onde ocorreria esse desemprego.

Para fornecedores e usinas, a adoção da nova tecnologia é compensadora, pois reduz tanto o tempo da colheita, como os encargos trabalhistas. Assim, a mecanização constitui-se num processo irreversível, que está sendo acelerado pelo Protocolo. Mesmo defensores do emprego encontram poucos argumentos para justificar a manutenção do trabalho de boias-frias na colheita de cana, altamente degradante e insalubre.

O Protocolo é sustentável?

Não restam dúvidas de que o Protocolo abre uma boa oportunidade de mercado e representa um avanço para sustentabilidade do setor sucroenergético brasileiro, além de ser um alívio para a população que vive nas cercanias das lavouras. Contudo, é preciso considerar as limitações tecnológicas e as sérias consequências sociais que poderão advir deste processo.

Em relação à questão trabalhista, por um lado, a mecanização reduz um trabalho desgastante e árduo, em que a produtividade do trabalhador em algumas regiões chega a ser superior a 15 toneladas ao dia. Porém, é premente a necessidade de políticas de realocação/requalificação da mão de obra que está sendo dispensada na colheita da cana-de-açúcar. E essa resolução não pode ficar exclusivamente a cargo da iniciativa privada.

Em relação à tecnologia, torna-se necessário o aperfeiçoamento das colheitadeiras para que elas tornem-se mais adequadas às necessidades do setor, tanto em relação à possibilidade de colheita em regiões de maior declividade, como pela menor perda no processo de colheita e menor compactação do solo. Em outras palavras, tanto as máquinas, como os homens envolvidos nesse processo merecem atenção especial do Governo e das lideranças do setor produtivo.

apresentem reduções substanciais de emissões em seu ciclo de vida.

É interessante perceber como essa coalizão entre Governo e setor sucroalcooleiro rompe uma tendência à postergação das queimadas. Durante a década de 1990, sindicatos de trabalhadores e usineiros, considerando os custos de mecanização e o desemprego que poderia ser gerado, opuseram-se aos esforços do Estado para reduzir a queimada. O endurecimento das ações do Ministério Público, que, em diversas ocasiões, proibiu a queimada em plena safra e os mencionados incentivos de acesso ao mercado externo, parece ter convertido usineiros em favor da erradicação da queimada. Além disso, com a redução dos custos de mecanização do corte, impulsionada pela maior oferta de colheitadeiras e crédito para a sua aquisição, os produtores começaram a vislumbrar também um cenário de redução para os seus recorrentes problemas trabalhistas.

Metas do Protocolo e avanço da mecanização

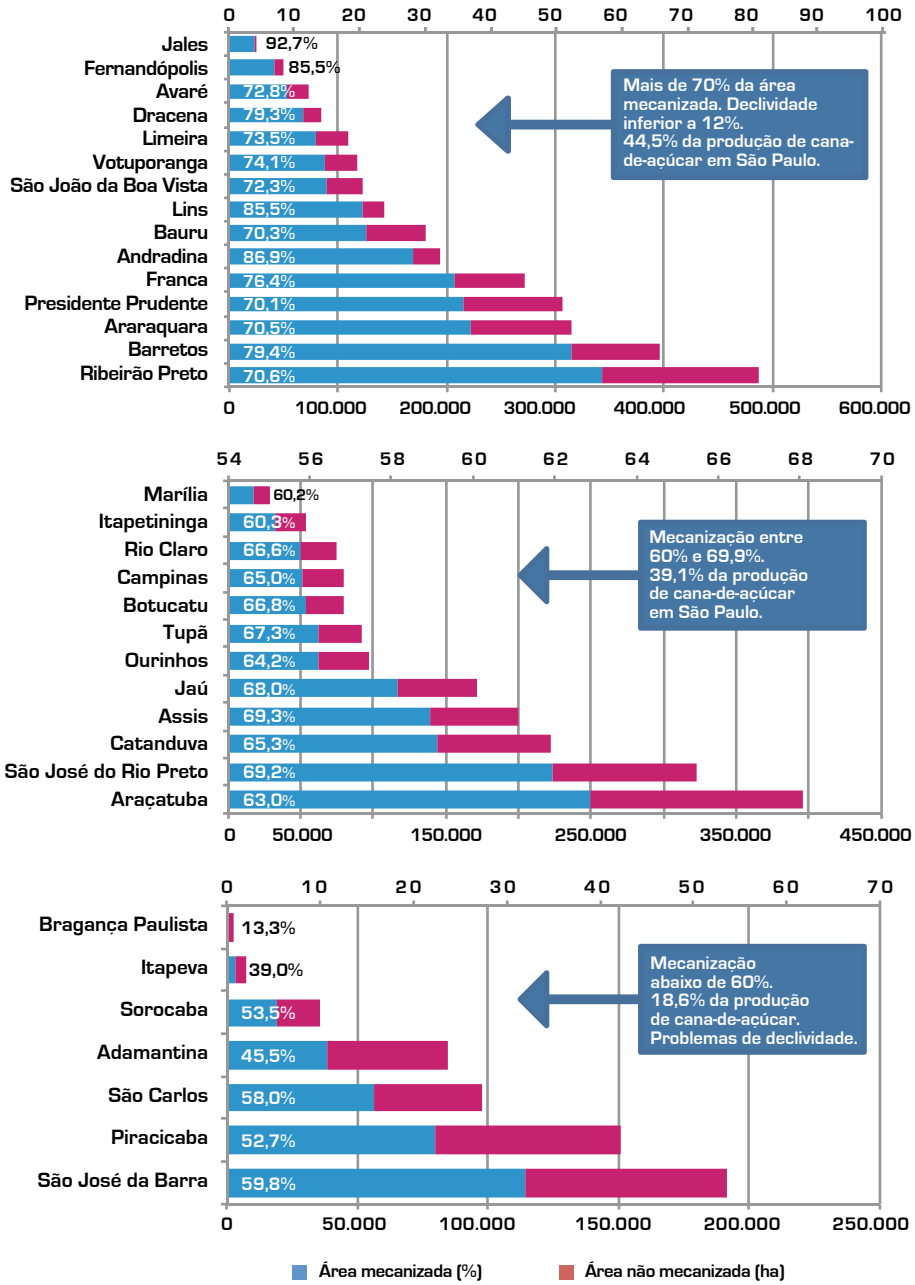
O principal avanço do Protocolo em relação ao marco regulatório vigente à época (Lei 11.241/2002) refere-se à:

• Antecipação de 2021 para 2014 da obrigação de mecanização nas áreas consideradas "mecanizáveis" (declividade menor que 12%);

• Antecipação de 2031 para 2017 da obrigação de mecanização das áreas com maior declividade (superior a 12%).

Vale ressaltar que, diferentemente da Lei preexistente, o Protocolo é um acordo de intenções, sem possibilidade de punição legal em caso de descumprimento. O principal incentivo dado pelo Governo refere-se à concessão do "Selo Agroambiental" aos usineiros e fornecedores que cumprirem as metas estipuladas. Obviamente, os outros incentivos privados mencionados são tão ou mais importantes. E parece que essa soma de ganhos para o setor privado se mostra suficiente, como pode ser observado na rápida expansão da mecanização nos canaviais paulistas.

Área colhida total e mecanizada por região de governo - SP (2011)



Fonte: APTA/IEA

Das trinta e quatro regiões de governo do Estado de São Paulo que produzem cana, quinze já apresentam mais de 70% de suas áreas colhidas com máquinas, ultrapassando a meta intermediária estabelecida pelo Protocolo para 2010. Estas regiões representam 44,6% da produção estadual de cana-de-açúcar, incluindo Ribeirão Preto, Presidente Prudente e Araraquara.

Outras onze regiões apresentam o índice de mecanização variando entre 65% e 69,9%, como Araçatuba, São José do Rio Preto e Assis. São regiões de expansão mais recente, onde a cana-de-açúcar estabeleceu-se de forma mais mecanizada. Há indícios, portanto, de que, apesar de estarem ainda abaixo dos 70%, até 2014 as unidades produtoras possivelmente cumprirão os acordos do Protocolo.

As últimas oito regiões de governo estão aquém dos 70%, devido à maior declividade (acima de 12%) ou ao menor tamanho das propriedades (menos de 150 ha), o que gera problemas para uso das colheitadeiras existentes. Dentre estas regiões, está Piracicaba, que apresenta apenas 52,7% da colheita mecanizada. Como resultado, esse problema indica que as tecnologias existentes não estão aptas para estas regiões, o que lhes dificultará cumprir as metas, mas que lhe serão concedidas por ainda mais três anos (2017), para que novas tecnologias sejam desenvolvidas e/ou adaptadas. ■

1 Pesquisador NEPA/UNICAMP/FAPESP e GV-AGRO - bruno@perosa.com.br
2 Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola - cfredo@iea.sp.gov.br
3 Professor titular do Instituto de Economia da UNICAMP e coordenador NEPA - belik@eco.unicamp.br

* Este artigo é baseado em pesquisas do projeto ALCSCENS, financiado pela FAPESP.
** O estudo "Efeitos da produção canavieira sobre a morbidade por doenças respiratórias: uma análise para os municípios brasileiros", de Marcelo Furtado, Carlos Saiani e Mônica Kuwarara (2012), considerando dados do SUS para todos os municípios brasileiros, observou que existe relação positiva entre o número de internações por enfermidades do aparelho respiratório e a quantidade de cana produzida em cada municipalidade.

Carne suína

Perspectiva do mercado japonês

Gutemberg Barone A. Nojosa*

O JAPÃO é o maior importador de carne suína do mundo, à frente da Rússia, China, México e Coreia do Sul, e, justamente por isso, pode representar grande oportunidade para a carne suína brasileira. Contudo, diante das perspectivas e de um possível otimismo, é necessário fazer uma análise sobre o mercado japonês para conhecer melhor quais são os concorrentes do produto brasileiro e de que forma a carne suína do nosso país chegará a este país.

Mercado de carne suína do Japão

O rebanho suíno japonês, em 2011, consistia em torno de 9,76 milhões de animais, praticamente o mesmo da Tailândia e cerca de 1,95 milhões de cabeças a mais que Santa Catarina. O consumo *per capita* do Japão é estimado em cerca de 19,3 kg *per capita*, muito abaixo do consumo europeu (41,8 kg) ou mesmo de países como a China (38 kg) e os Estados Unidos (27,1 kg), porém acima do consumo brasileiro, de 15,1 kg *per capita*.

De 1991 a 2011, o Japão tem mantido uma comercialização média de cerca de 1,56 milhões de toneladas. Em 2004, ocorreu um pico de comercialização, com cerca de 1,75 milhões de toneladas, sendo que 51% foram provenientes do mercado local e 49% importados. Em 2011, o país comercializou cerca de 1,6 milhões de toneladas. Deste total comercializado, o mercado doméstico foi responsável por 53%, valor cerca de 2% acima do registrado em 2004 e 3% abaixo da participação doméstica ocorrida em 2001. No ano passado, as importações somaram US$ 5,28 bilhões, cerca de 3,16 vezes o valor importado em carne de aves. Considerando as dimensões do mercado japonês, talvez esse seja o maior mercado importador que o Brasil poderá acessar em breve e também seja importante para diminuir a concentração das exportações brasileiras em mercados como o da Rússia.

Atuais fornecedores de carne suína para o Japão e principais produtos

O Japão tem mais de 88% de suas importações concentradas em cinco países: Estados Unidos, Canadá, Dinamarca, México e Chile. Os países do NAFTA detêm mais de 67% do total importado. O Chile detém cerca de 3,6% das importações e a parcela restante (11,9%) dividida entre outros países. Contudo, a participação desses cinco países é variável, dependendo do tipo de produto importado e de sua classificação no código HS (Harmonized System Code).

Preços da carne suína do Japão: preços ao produtor, importador e produto nacional

Produtos diferenciados sempre obtêm um preço mais elevado no Japão, porém há diferentes fatores para caracterizar um produto como diferenciando para o consumidor japonês. Um exemplo é a carne do porco preto, chamado de "kurobuta". Este tipo de carne, em geral, tem um valor muito superior à carne de porco comum comercializada nos restaurantes do Japão. O mercado japonês tem preços estratificados conforme tipo de comercialização, produto, origem, qualidade e preço, entre outros fatores.

O preço pago ao produtor japonês por quilo de carcaça de suíno, entre 1992 e 2011, tem sido em média cerca de 301,45 ienes (US$ 3,77) e, em 2008, atingiu a média de 340 ienes (US$ 4,25). Em geral, o produto japonês sempre tem um preço maior, por exemplo, o preço do lombo japonês no varejo está na faixa de 2.000 a 2.500 ienes/kg, enquanto o similar importado é vendido na faixa de 1.500 a 2.000 ienes/kg. Esses são alguns exemplos dos preços praticados para a carne suína no Japão e que deverão ser observados no futuro com mais detalhes pelos possíveis fornecedores do produto brasileiro. Outro aspecto importante é que, dependendo do produto importado que estiver fora da faixa de preço de gatilho estabelecida com base em valor praticado no mercado local, o Japão aplica um sistema de tarifa, que pode variar de 361 a 482 ienes/kg (US$ 4,51 a US$ 6,02/kg) ou 4,3% para países da OMC. Importante ressaltar que esses valores são superiores aos preços médios pagos ao produtor japonês.

Logística até o Japão: a desvantagem dos produtos brasileiros

A carne suína de Santa Catarina terá literalmente um longo caminho a percorrer até chegar aos portos do Japão.

O trajeto deverá ser longo e feito de navio, o que implicará cerca de quarenta a quarenta e cinco dias pelo menos, que é o tempo gasto atualmente, por exemplo, para transportar a carne de frango. O produto brasileiro terá desvantagem logística considerável em relação aos concorrentes e atuais fornecedores do produto ao Japão. A carne suína dos Estados Unidos e Canadá, por exemplo, consegue chegar aos portos nipônicos em cerca quatorze a dezesseis dias, ou seja, a desvantagem brasileira pode ser de até trinta e um dias em relação aos seus concorrentes. Assim, será difícil fornecer produtos como carne refrigerada da forma que fazem os Estados Unidos, Canadá e outros países.

Situação das negociações para abertura do mercado de carne suína do Japão

As negociações para a abertura do mercado japonês para a carne suína brasileira foram iniciadas em 2006. O Japão, a princípio, só reconhecia países livres de febre aftosa (FMD) sem vacinação, ou seja, todo o Brasil deveria ter essa condição para exportar. Contudo, o Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (SPS/OMC) prevê que os países devem reconhecer o principio da regionalização, ou seja, devem garantir que suas medidas sanitárias ou fitossanitárias estejam adaptadas às características da área – seja todo o território de um país, parte do território de um país ou todas as partes do território de vários países – da qual o produto é originário e para a qual o produto é destinado.

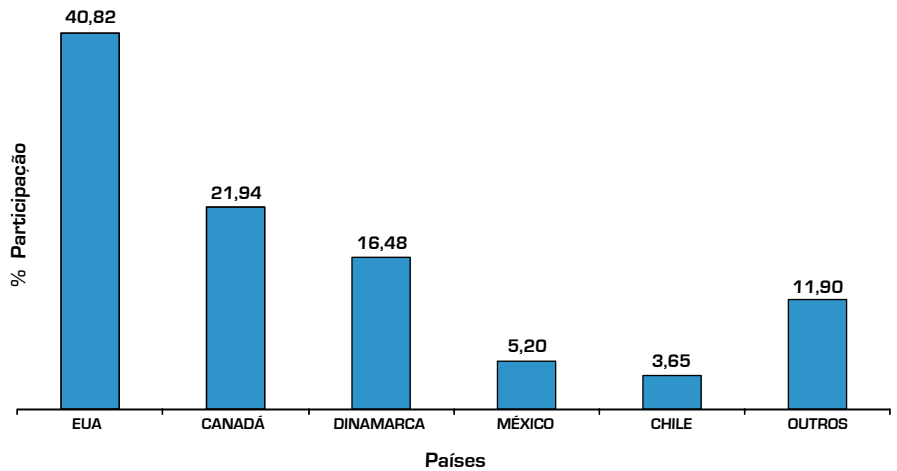
Assim, em 2007, quando Santa Catarina recebeu a classificação de estado livre de FMD sem vacinação perante a OIE (World Organisation for Animal Health), o Brasil continuou a negociação com as autoridades japonesas para que fosse realizada uma avaliação de risco para o produto brasileiro com base técnica e científica. Em 2008, o Japão implementou nova norma, que regulamenta os procedimentos para aprovação de itens sujeitos a quarentena, como é o caso de carnes *in natura*. Em 2010, com base na nova legislação, o Japão analisou as respostas apresentadas pelo Brasil a diversos questionamentos técnicos e, em 2011, aceitou as respostas e realizou uma missão de avaliação de risco no Brasil. No final de agosto de 2012, o Japão reconheceu o estado de Santa Catarina (SC) como livre das doenças febre aftosa, peste suína clássica e peste suína africana. Assim, foi concluído o processo de avaliação de risco e aberto caminho para a negociação das condições que permitirão o acesso da carne de SC ao mercado japonês.

A abertura do mercado japonês de carne suína tem sido tema prioritário para o MAPA e para a Embaixada do Brasil em Tóquio, e ambos têm realizado grande esforço para a conclusão do tema. No momento, as autoridades brasileiras e japonesas estão negociando os requisitos sanitários e o modelo de Certificado Zoossanitário Internacional (CZI). Há expectativa por parte das autoridades brasileiras de que esses requisitos sejam definidos em 2012.

Cenário futuro para a possível participação brasileira no mercado japonês

Ainda não é possível afirmar com precisão qual será a participação do Brasil no mercado japonês de carne suína. Porém, considerando diferentes fatores, inclusive os aspectos logísticos, os custos de produção e outros detalhes que influenciam o preço final da carne suína fornecida ao Japão, é possível fazer algumas inferências. A primeira é que a carne brasileira terá maiores condições de participar, principalmente do mercado de carnes congeladas e não do mercado de carnes *in natura* ou refrigeradas. Além disso, considerando que, a principio, será necessário estabelecer laços comerciais com importadores e, ainda que haja preferências tarifárias em favor de alguns dos atuais fornecedores, também pode deduzir-se que, no início, o produto brasileiro terá possibilidade de participar da parcela de cerca de 11% atribuída a outros fornecedores minoritários. Esse é o cenário inicial para a futura participação brasileira no mercado japonês de carne suína, porém há muitos fatores que podem alterar esse quadro, favorecendo, ou não, a participação do produto brasileiro. ■

Principais fornecedores de carne suína para o Japão em 2011



Fonte: elaborado a partir de dados do Ministério das Finanças do Japão (MOF)

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Engenheiro agrônomo, fiscal federal agropecuário, adido agrícola na Embaixada em Tóquio – Japão, MAPA

Desoneração da cesta básica de alimentos

Expectativa frustrada

Antonio Carlos P. Costa*

DENTRE AS propostas contidas na Medida Provisória 563/2012, como as desonerações na folha de pagamento de vários setores, uma em especial era revestida por um forte apelo social: a desoneração do PIS/Cofins e do IPI incidentes sobre os produtos da Cesta Básica de Alimentos.

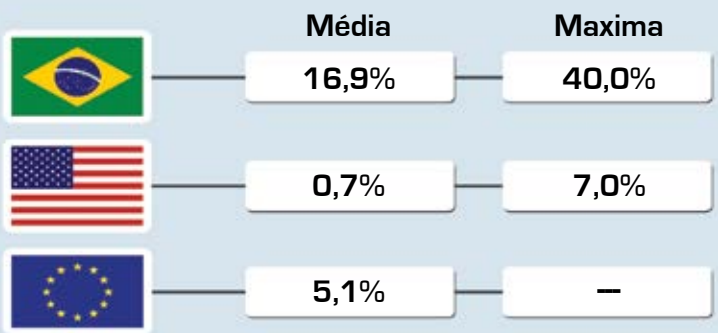
Após tramitar na Câmara dos Deputados e ser aprovada pelo Senado em 07 de agosto último, havia uma grande expectativa em relação à sanção dessa medida pela Presidente Dilma. No entanto, no dia 19 de setembro, a esperança foi frustrada com o veto à desoneração, justificado pela criação de um Grupo de Trabalho, que irá discutir a composição da cesta básica e também a desoneração do imposto estadual, o ICMS.

Com a decisão, o País perde a oportunidade de iniciar a correção de grave distorção causada pelos tributos sobre os alimentos no Brasil, já que eles têm como característica o que na linguagem econômica chama-se de "alta regressividade", ou seja, pesam proporcionalmente muito mais àquelas famílias de menor renda do que às de maior poder aquisitivo.

Para ilustrar melhor esse fato, observa-se que, na média, 70% das famílias brasileiras possuem rendimentos de até dois salários mínimos ao mês. Nas regiões Norte e Nordeste, esse número chega a 80%. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo IBGE e que quantifica os gastos das famílias com aquisições de bens, por faixa salarial, nas diferentes regiões do País, indica que estas mesmas famílias que vivem com até dois salários mínimos por mês dispensam 30% dos seus ganhos com a aquisição de alimentos. Isso significa que, para a grande maioria da sociedade brasileira, a renda é fortemente comprometida com a alimentação.

No outro extremo, para as famílias com renda acima de 25 salários mínimos por mês, os alimentos representam pouco mais de 12% do total das despesas. Entretanto, o imposto é o mesmo para os dois casos. Nessa situação, seria lógico supor que países como o Brasil optassem por uma política tributária para o setor, que favorecesse justamente as famílias menos abastadas.

Aliquota que incide sobre os alimentos (ICMS)



No Brasil, o ICMS representa, em média, 43,6% dos tributos totais incidentes sobre os alimentos

Fontes: FIESP e FGV

No entanto, quando se faz um comparativo internacional, a incoerência fica ainda mais evidente, como pode ser observado na publicação "O Peso dos Tributos sobre os Alimentos no Brasil", realizada em parceria entre a Fiesp e a Fundação Getulio Vargas: considerando apenas o ICMS, que é um imposto incidente sobre o consumo e comparável internacionalmente, é possível observar que, no Brasil, ele responde em média por 17% do preço final dos alimentos na gôndola do supermercado, ao consumidor final. Já, na Europa, a média é de 5% e, nos Estados Unidos, apenas de 0,7%.

Considerando que o ICMS representa aproximadamente 44% do total de tributos incidentes sobre os alimentos, faz todo o sentido que os estados participem dessa discussão, exatamente como propôs a Presidente nas explicações ao veto, através da criação do Grupo de Trabalho mencionado anteriormente. No entanto, faria mais sentido se ela tivesse dado o exemplo, já que o PIS/Cofins e o IPI são impostos federais, que dependem exclusivamente da vontade do Executivo para que deixem de incidir.

Embora já existam alimentos da cesta básica isentos, 63% deles ainda são onerados por esses tributos. Para inclui-los na desoneração, a perda de arrecadação do Governo seria de R$ 5 bilhões, valor recuperado em até três anos pelo efeito multiplicador na economia, de acordo com o levantamento realizado pela Fiesp. Afinal, é mais dinheiro que fica na mão do consumidor para a compra de alimentos e de outros bens e serviços.

É certo que, para se obter esse benefício, o Governo tem que abrir mão de outros, como a arrecadação no curto prazo. É certo que essa não foi a opção. É certo, também, quem perde com a decisão. ■

*Gerente do Departamento do Agronegócio da Fiesp


PRÊMIO
COOPERATIVA DO ANO
Edição Especial Ano Internacional das Cooperativas
"Cooperativas constroem um mundo melhor"
Em 2012, o mais importante prêmio do cooperativismo brasileiro chega à oitava edição com muitas novidades e um formato diferenciado. O objetivo é destacar projetos de cooperativas que tenham proporcionado benefícios aos seus cooperados e à comunidade.
www.cooperativadoano.coop.br
O Prêmio Cooperativa do Ano é promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) e revista Globo Rural, da Editora Globo.
2012 Ano Internacional das Cooperativas
SistemaOCB
CNCOOP · OCB · SESCOOP
EDITORA GLOBO
GLOBORURAL

Algodão

Novas fronteiras na África

Giuliano Senatore*
Marcos Matos*

OS PRÓXIMOS anos serão marcados por novos entrantes na produção mundial de algodão. Alguns países já se movimentam para atrair investimentos para essa cadeia de valor, que agrega vários segmentos de negócio, gera divisas, empregos e distribuição de renda. A cadeia de produção do algodão abrange diferentes segmentos, tais como: produção de sementes, fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos agrícolas, indústria de máquinas têxteis, fiação, confecção, distribuição, entre outros. Constitui-se em um dos principais exemplos de agregação de valor e diversificação de mercados.

Capacidade produtiva e disponibilidade de mão de obra constituem-se uma importante vantagem competitiva para esse mercado. Alguns países da África subsaariana despontam desde já como potenciais *players*, por apresentarem condições favoráveis de clima, solo e relevo, assim como existência de extensas áreas sem ocupação e, em grande parte, já degradadas, que podem ser convertidas em sistemas produtivos para a instalação de grandes projetos.

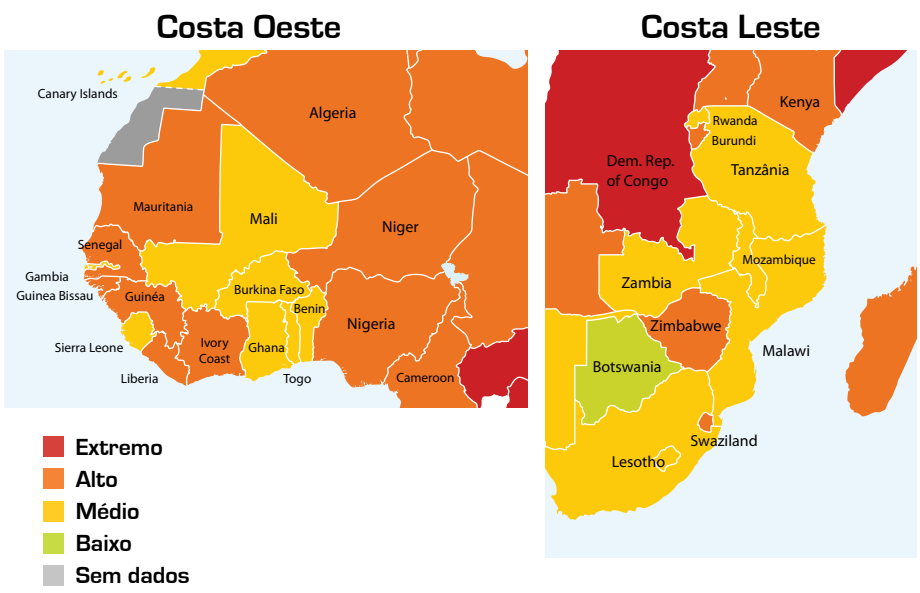
Nesse sentido, países africanos têm solicitado ao governo brasileiro cooperações técnicas para o desenvolvimento desse setor. O programa Cotton 4 é um bom exemplo, no qual um grupo de países localizados na África Ocidental, composto por Benin, Burkina Faso, Chade e Mali, tradicionais na produção de algodão e recordistas no continente africano, vem buscando melhor competitividade do setor. No entanto, eles ainda enfrentam grandes dificuldades. Em linhas gerais, os maiores obstáculos são: oscilação dos preços internacionais do algodão, infraestrutura precária, manejo agrícola inadequado, acesso a materiais genéticos modernos, gestão de variedades deficiente, ausência de crédito agrícola, mão de obra desqualificada, entre outros.

Apesar dos problemas, a cotonicultura possui papel fundamental na economia dos países do Cotton 4. Com processamento de fibra ainda incipiente, a maior parte da exportação é de algodão bruto (fibra) e, apesar da volatilidade de preços da *commodity* no mercado internacional, constitui-se em importante fonte de divisas para a balança comercial do grupo.

A produção dos países do Cotton 4 é realizada, em sua maioria, por comunidades de agricultores tradicionais e representa uma das melhores opções para integração de agricultores locais e a agroindústria. No entanto, condições mínimas devem ser atingidas para encorajar investimentos no setor.

Com relação à baixa eficiência produtiva, muito se deve ao desconhecimento

Mapa de risco político (costa oeste e leste africana)



Fonte: Maplecroft, 2012

dos atributos de solo e clima locais, o que dificulta o planejamento ideal com relação à época e locais ideais para o cultivo. Apesar de tentativas recentes de modernização, com ênfase à assistência e extensão rural, muito ainda deve ser realizado para que o Cotton 4 desenvolva o setor cotonícola. No entanto, exemplos recentes de extensão rural no Brasil indicam que pequenas melhorias em tecnologia e manejo resultam em saltos de rendimento e qualidade, exemplo que, entre outros, evidencia a necessidade de um planejamento estratégico para o grupo.

Um caminho que poderá ser seguido pelos países do Cotton 4 é estimular a vinda de investidores estrangeiros, isoladamente ou em parceria com grupos locais. Novos projetos com tecnologia de ponta são mais eficientes, já que podem produzir com menor custo e maior qualidade. Atualmente, a produção local é pouco competitiva no mercado internacional, o que reflete negativamente na base da cadeia produtiva: o produtor rural africano.

Para a promoção de investimentos, os governos africanos deverão cumprir seu papel: criar condições para minimizar a percepção de risco do investidor. Atualmente, os principais riscos relacionam-se com instabilidade política, notoriamente as guerras, desapropriações e quebras de contrato. O Cotton 4 localiza-se na costa oeste do continente africano, região ainda caracterizada por conflitos políticos e sociais que têm desencorajado investimentos de grande porte.

No entanto, apesar de existirem novos aspectos que têm encorajado ações no continente africano, a estruturação de fundos de investimentos, com ênfase ao desenvolvimento e implantação de projetos na área de alimentos e bioenergia do continente africano, revelam o progresso macroeconômico da região. Foi observada redução da relação dívida/PIB da África na última década, quando se recuou de 90% para 59% do PIB, patamar inferior ao de muitos países da União Europeia. Atualmente, a inflação média é de 8%, abaixo daquelas taxas observadas em países como Rússia e Índia.



SXC.HU

Caso os governos africanos da costa oeste criem condições mínimas para reduzir riscos, considerando-se as condições de clima e solos favoráveis, os custos de produção mais baixos do que em outros países produtores, a ausência de custos com aquisição de terras (na maioria dos países africanos, a terra é propriedade do Estado, sendo concedida aos produtores rurais) e a proximidade dos principais mercados (Ásia, Europa e África), a vinda de investimento estrangeiro é um caminho natural. Essas condições favoráveis, com ênfase ao baixo custo de produção, permitem também a produção industrial com valor agregado, permitindo, além da produção agrícola do algodão, produção de pluma, fios e tecidos. O avanço na cadeia produtiva é bastante benéfico, pois aquece a economia local, gera mão de obra qualificada e divisas aos países.

O Cotton 4 poderá receber investimentos de empresários brasileiros, desde que os quatro países africanos criem condições mínimas para tal. Entre elas, o planejamento territorial, por meio de zoneamentos ecológicos econômicos que destaquem as terras mais propícias ao cultivo, poderá ser um primeiro passo. Polos produtivos de algodão podem ser desenvolvidos, inclusive com parcerias público-privadas e com participação do terceiro setor. Condições especiais de incentivos fiscais são bem-vindas, podendo motivar investidores interessados em atingir novos mercados, como o asiático e o europeu. Grupos brasileiros já iniciaram investimentos em produção de soja em países africanos e o Cotton 4 poderá ser a próxima fronteira. ■

* Consultor FGV Projetos / GV AGRO

Valor da terra

Preços garantem remuneração do capital

Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[1]
Rafael Ribeiro de Lima Filho[2]
Alcides de Moura Torres Junior[3]

RECENTE RELATÓRIO divulgado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, sigla em inglês) aponta o aumento de preços no mercado de terras norte-americano. Os principais fatores que concorreram para isso foram a disparada das cotações nas *commodities* agrícolas, os bons resultados obtidos pelos fazendeiros nos anos passados e a queda das taxas de juros.

O relatório mostra como particularidade o fato dos proprietários de terras chamados de "não operantes" – aqueles que arrendam suas áreas – representarem uma importante parcela do mercado norte-americano (38% da área, segundo pesquisa feita em 2007). Esta taxa é maior na região do Cinturão do Milho, área nobre da agricultura norte-americana.

Essa tendência (dos não operantes) também é verificada empiricamente no Brasil, sobretudo em regiões onde há maior pressão de custos de oportunidade.

O atual preço médio do hectare no Cinturão do Milho (EUA) é de US$14,9 mil, alta de 18,5% em relação a 2011. Essa situação pode arrefecer diante dos resultados econômicos das lavouras estarem severamente prejudicados na atual safra, em razão da seca.



SXC.HU

E no Brasil, como está o mercado de terras?

Terras no Brasil

No Brasil, apesar de questões como a insegurança jurídica, as barreiras à aquisição de terras por estrangeiros e o imbróglio do Código Florestal, as terras se valorizam. A especulação imobiliária tende a aumentar com a alta do preço das *commodities* agrícolas. Isso ocorre porque é comum o valor da terra estar atrelado à renda da produção, sendo os produtos agrícolas tomados como indexadores.

Nesse quadro, o preço das fazendas sobe muito rápido, sendo, porém, poucos os negócios efetivados nos valores de pico. Para análise, consideraram-se as terras no Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. As culturas associadas a estes estados foram a soja, cana-de-açúcar, milho e arroz, respectivamente.

O preço médio da terra em Ribeirão Preto está bem próximo do preço médio da terra no Cinturão do Milho nos Estados Unidos. Apesar deste alto preço da terra, observa-se que o produtor aferiu uma remuneração positiva do capital com a colheita de cana em 2011/12, inclusive com lucro comparativamente maior, por exemplo, ao obtido com o arroz em Uruguaiana. Essa situação é dinâmica e se altera com o tempo, a cultura agrícola e outras variáveis econômicas e de mercado.

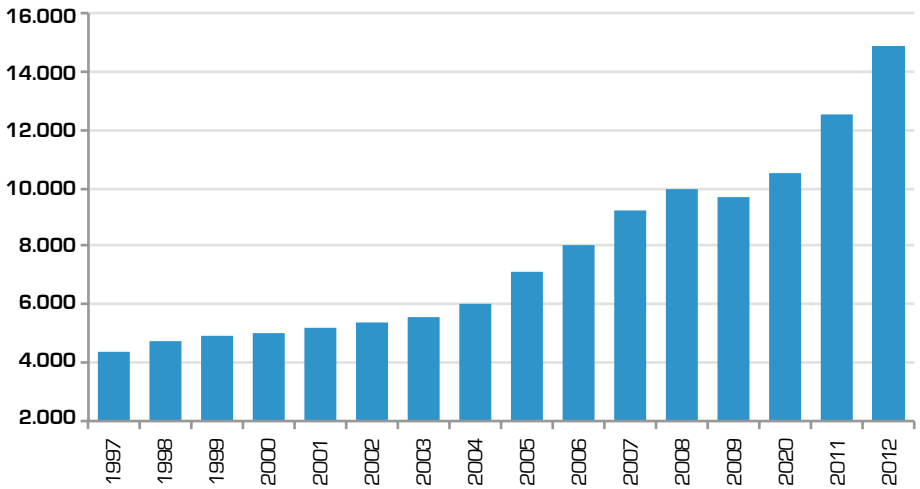
Nesta próxima safra, a soja pousa de rainha. Dessa forma, justifica-se a tendência do aquecimento dos arrendamentos em

Preço médio da terra, lucro operacional e rentabilidade das lavouras. Safra 2011/12

Estado	Região	Cultura	Preço da terra (R$/ha)	Lucro* (R$/ha)	Rentabilidade
SP	Ribeirão Preto	Cana	29.000,00	1.363,20	4,7%
PR	Ponta Grossa	Milho 1ª safra	18.700,00	1.115,38	6,0%
MT	Sorriso	Soja	9.650,00	1.018,78	10,6%
RS	Uruguaiana	Arroz	8.700,00	155,97	1,8%

*valores detalhados foram apresentados ao longo das últimas edições da *Agroanalysis*
Fonte: Scot Consultoria

Preço médio da terra no Cinturão do Milho norte-americano, em US$/ha



Fonte: USDA / Compilado pela Scot Consultoria – www.scotconsultoria.com.br

regiões de terras mais caras, alavancadas por explorações agrícolas cujos produtos estejam remunerando bem. Fatores como a redução no risco operacional e comercial, bem como a rentabilidade atraente, são vantagens do arrendamento, seja no Brasil, seja nos Estados Unidos.

O resultado econômico do arrendamento e a valorização imobiliária, principalmente em tempos de juros baixos, estimulam a inversão de capital em terras e, indiretamente, mantêm os preços firmes e em ascensão. ■

1 Zootecnista – gm@scotconsultoria.com.br
2 Zootecnista – rafael@scotconsultoria.com.br
3 Engenheiro agrônomo – alcides.torres@scotconsultoria.com.br



SXC.HU

Agroindústria

O desafio do crescimento

Plinio M. Nastari*

NOS PRÓXIMOS vinte anos, a população do planeta deve crescer de 7 para 9 bilhões de almas. No mesmo período, é estimado pela FAO que a demanda por alimentos avance cerca de 40%. Como e onde esta expansão deve acontecer, sem estressar ainda mais os escassos recursos naturais disponíveis, é o maior desafio da agricultura mundial, e o Brasil é um dos países melhor posicionados para atender essa demanda adicional.

A Revolução Verde do século passado permitiu que a produtividade crescesse, sepultando previsões malthusianas de escassez alimentar. Novas tecnologias já foram criadas e estão em desenvolvimento, em grande parte relacionadas à modificação genética, que podem ser encaradas de forma simplista como uma aceleração do processo de hibridização.

Porém, para que estas tecnologias sejam aplicadas, é preciso que o ambiente regulatório seja suficientemente transparente e adequado para estimular o setor privado a continuar investindo na sua aplicação, e que sejam, senão eliminados, pelo menos minimizados os riscos que afetam a segurança jurídica relacionada a estas decisões de investimento.

O Brasil é um país com uma vasta extensão territorial e uma população relativamente pequena para o seu tamanho. O uso sustentável da terra e da água para a geração de alimento e energia é um objetivo a ser perseguido não apenas pela preservação destes recursos no longo prazo, mas também porque tem mostrado-se como o caminho mais econômico.

O ano de 2012 deve ficar marcado pelo recorde de preços do milho e da soja, impulsionados pelo clima seco no meio-oeste dos Estados Unidos, que ceifou cerca de um terço da sua produção, o que representa um volume superior a toda a produção de grãos do Brasil. Preços remuneradores são o maior incentivo a investimento e ao aumento de produção e devem ocorrer em todo o mundo. No caso do Brasil, esta expansão torna cada vez mais evidente a deficiente estrutura de armazenamento e escoamento das safras. Novos aumentos de produção devem in-

Futuras áreas de expansão agrícola pelo mundo e seus desafios

• Os Estados Unidos têm terras disponíveis para avançar sua fronteira agrícola, mas têm limitados recursos hídricos. A área de expansão está localizada na região dos Great Plains, uma ampla faixa de terras a oeste de Nebraska, Kansas e Texas até a cadeia das Rochosas. A agricultura nesta região é dependente de irrigação alimentada pelo aquífero Ogallala, equivalente na América do Norte ao aquífero Guarani, da América do Sul. As reservas desse aquífero estão sendo exauridas à rápida taxa de 6% a cada vinte e cinco anos, e ninguém sabe ao certo o limite de sua utilização. O que se sabe é que está ficando cada vez mais profunda a extração das reservas utilizadas para irrigação. A área agrícola do Kansas já começa a ficar limitada pelo volume de água que é direcionado para manter os campos de golfe em torno de Las Vegas.

• Na China, outra potência agrícola mundial, a área agricultável está encolhendo como consequência do processo de urbanização e industrialização. Além disso, o volume de água disponível para agricultura também é cadente, de onde advém a quase obsessão chinesa por segurança alimentar, tendo em vista a tendência de aumento do consumo de alimentos, em particular de proteínas, vermelha e branca, ambas altamente relacionadas ao consumo de grãos.

• A Austrália também sofre com a falta de água e a Europa Ocidental não tem mais aonde expandir sua agricultura.

• O Leste Europeu deve aumentar sua produção, impulsionada por aumentos de produtividade, mas não a ponto de se transformar em polo exportador de grande expressão.

• A África é um continente extremamente diversificado, com regiões ainda inexploradas, com vastas áreas férteis agricultáveis e ampla oferta de água em várias delas, mas lá os problemas residem no frágil tecido social e a infraestrutura deficiente ou nula.

• O Brasil apresenta, entre todos os países do mundo, o maior potencial de expansão. A área agricultável é estimada em 340 milhões de hectares, dos quais apenas 71 milhões estão ocupados com todas as culturas. Pastagens ocupam cerca de 220 milhões de hectares, mas a intensificação da pecuária indica que deverão ser liberados para agricultura entre 70 e 90 milhões de hectares nas duas próximas décadas.

tensificar a necessidade de investimento em silos e em mais modernos e eficientes sistemas de transporte e embarque.

Utilização de mecanismos de mercado

O agronegócio precisa ser valorizado em todos os elos de sua cadeia. E, quando possível, mecanismos de livre mercado devem ser desenvolvidos para permitir internalizar nos preços de mercado as externalidades geradas no processo, positivas ou negativas.

Um bom exemplo desse tipo de regulação tem sido oferecido pelos Estados Unidos ao criarem o mecanismo de RINs (Renewable Identification Numbers) para biocombustíveis. Embora não tenham sido signatários do Protocolo de Kyoto, os norte-americanos deram um grande exemplo prático de como reconhecer o valor ambiental dos biocombustíveis segundo a sua capacidade relativa de mitigar emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE) e, com isso, têm conseguido valorizar a produção de biocombustíveis alternativos ao petróleo, com um mecanismo que deixa o livre mercado arbitrar o valor do seu benefício ambiental.

O sistema norte-americano é baseado numa legislação aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Executivo, definindo metas de uso de combustíveis alternativos. Esta lei é o Energy Independence and Security Act de 2007, que criou o Renewable Fuels Standard-2. A lei estabeleceu uma meta de substituição de 20% dos combustíveis fósseis por alternativos até 2022, com metas parciais por tipo de biocombustível. O biocombustível convencional, etanol produzido a partir do milho, já está perto de atingir o limite máximo previsto na lei, de 57 bilhões de litros, com uma produção de 52,1 bilhões de litros em 2011 e um pouco menos em 2012, por causa da seca deste ano.

Também foram definidas metas para o etanol avançado de celulose, o biodiesel avançado e os biocombustíveis avançados não diferenciados, nos quais está inserido o etanol de cana produzido no Brasil. As metas foram definidas e evoluem a cada ano. Como o mercado vai cumprir a meta de redução das emissões de GEE e quanto vai pagar para cada produto vai depender da capacidade relativa de mitigar estas emissões e da sua disponibilidade relativa em relação à meta. Mas é preciso que o sistema tenha um controle rígido, capaz de provar, com segurança, a origem do produto e a sua produção em condições adequadas. É daí que surge a importância do sistema de RINs. Para que todo este arranjo funcione, é preciso que a meta seja viável, nem muito alta, nem baixa, e se acredite na capacidade do mercado de arbitrar um valor justo para o prêmio a ser conferido a cada produto. O resultado até agora tem sido surpreendentemente positivo.

Outro sistema, não menos importante e relevante e talvez mais apropriado a economias menos sofisticadas e com menor liquidez de capital, é o de conferir a cada produto um prêmio baseado na estimativa da contribuição ou externalidade oferecida por ele. A Unicamp estimou que, no Brasil, a vantagem ambiental do etanol de cana vale cerca de 20 centavos de dólar por litro. Este poderia ser um bom começo para o diferencial de impostos entre o etanol e a gasolina. Infelizmente, não é isso que temos visto por aqui, quando o Governo reduz gradualmente, a ponto de zerar, a alíquota da CIDE (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico) sobre a gasolina, equiparando-a à do etanol.

O desenvolvimento pleno do potencial agrícola e agroindustrial de um país não depende apenas da existência de recursos naturais, como terra, água e até mesmo gente capaz de gerar esta produção. É preciso também que sejam criadas e mantidas por um prazo longo condições adequadas para que este potencial se materialize. Várias regiões da África são exemplos da incapacidade de utilizar recursos naturais disponíveis para alavancar a produção agrícola e agroindustrial.

Para que o Brasil possa utilizar plenamente o seu potencial agroindustrial, é preciso que condições regulatórias adequadas e uma muito maior e melhor infraestrutura sejam desenvolvidas. ■

Números do setor agropecuário brasileiro	
Crescimento em 2011:	
do setor (real)	5,73%
dos preços das exportações	26,70%
do volume exportado	1,87%
Valor exportado em 2011 (US$ bi)	88,9
Entre 2000 e 2012, expansão do:	
volume exportado	155%
preços externos	131%
saldo comercial	400%

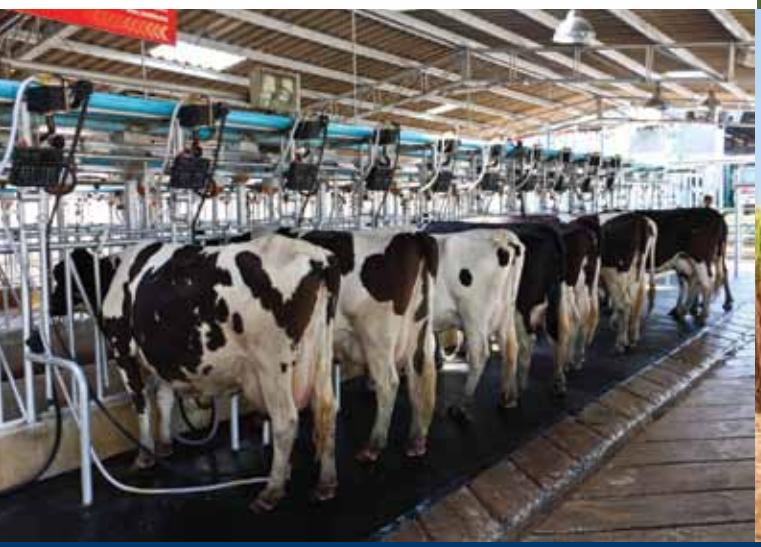


SXC.HU

*Mestre e doutor em Economia agrícola, foi professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da EAESP-FGV e presidente da Datagro Consultoria









AGRONEGÓCIO: O FUTURO CHEGOU.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: AGROENERGIA | ECONOMIA E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

O Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP oferece duas áreas de concentração: Agroenergia e Economia e Gestão do Agronegócio.

Destina-se a profissionais experientes que buscam aprofundar seus estudos e qualificar-se para a administração de empresas direta ou indiretamente ligadas ao Agronegócio e à Agroenergia. O curso conta com professores experientes da FGV, Embrapa e Esalq.

Conheça também os Cursos Master da EESP.

INSCRIÇÕES:
até o dia 26 de outubro de 2012
www.fgv.br/eesp/processoseletivo

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EESP
Escola de Economia de São Paulo

Profissionalização no agronegócio

Do campo ao mercado

José Rezende[1]
Luiz Albino Barbosa[2]

O AGRONEGÓCIO possui grande representatividade para a economia brasileira, sendo o principal responsável por assegurar o saldo positivo da balança comercial, bem como empregar aproximadamente um terço da mão de obra no País. Porém, toda essa importância não torna essa atividade livre de entraves e desafios estratégicos que delimitam o seu avanço, além de comprometer a sua competitividade.

Além do controle de custos, planos de investimentos e adoção de novas técnicas de produção, a busca pelo aumento da competitividade global dos produtos brasileiros passa pela profissionalização das atividades do agronegócio, do produtor ao consumidor. Assim, em um cenário em que o setor converge para adotar práticas mais modernas de gestão – e aí se inclui a gestão de pessoas –, a busca por trabalhadores qualificados é fundamental para obter sucesso.

Nesse contexto, um dos principais problemas enfrentados é a escassez de mão de obra capacitada. As empresas procuram por profissionais qualificados e com alta capacidade de aprendizado, porém percebe-se que há falta de qualificação técnica e de mercado.

No mercado agrícola, por exemplo, muitas vezes existem profissionais técnicos que conhecem muito bem a atividade agropecuária, porém não sabem o que se passa "fora da porteira", como questões relacionadas ao mercado global do produto, aos preços internacionais, às empresas envolvidas, aos últimos acontecimentos em fusões e aquisições, entre outras. Isso acaba dificultando o entendimento e a realização de análises por parte desses profissionais nas empresas. O inverso também é verdadeiro: profissionais que conhecem muito o mercado, mas que desconhecem o lado de "dentro da porteira" e acabam não compreendendo os inúmeros fatores de risco envolvidos na atividade agrícola ou pecuária.

Se já é complicado encontrar mão de obra qualificada para as empresas instaladas em áreas em que o setor produtivo já está desenvolvido, como nos grandes centros, esta situação fica ainda mais complexa para as empresas que, atraídas pelas oportunidades nas novas fronteiras agrícolas, instalam-se em regiões em que o mercado de trabalho ainda se encontra em baixo nível de desenvolvimento.

As grandes empresas do agronegócio, na busca por mão de obra, realizam programas de qualificação de seus funcionários, bem como oferecem bons pacotes de remuneração para atrair pessoal qualificado de outras regiões. Atualmente, os profissionais mais procurados são aqueles que:

- Conhecem bem um determinado setor do agro e sabem o que se passa "antes da porteira", "dentro da porteira" e "depois da porteira": o profissional do setor sucroenergético, por exemplo, da mesma forma que sabe o que está ocorrendo na sua safra, deve estar atento ao que ocorre no mercado de defensivos e fertilizantes, a fim de estimar custos e melhorar sua produtividade. Além disso, para prever seus ganhos, deve conhecer os preços do etanol e do açúcar no mercado internacional.
- Possuem conhecimento profundo de uma área específica do agronegócio, mas também conhecem o que se passa nas demais cadeias do setor: um profissional da área de grãos, por exemplo, tem que estar atento ao que está ocorrendo no setor de proteína animal. Isso lhe dará uma visão da demanda do setor de nutrição animal por grãos, proporcionando-lhe uma noção de oferta, demanda e preços dos produtos.
- Têm um conhecimento técnico (de mercado ou agrícola), mas também sabem o que está ocorrendo na política, nas leis e na economia: não basta saber como produzir, em termos técnicos. É preciso conhecer as políticas de crédito, o câmbio, assim como a leis ambientais. A votação do Código Florestal, por exemplo, terá grande impacto em todos os setores do agronegócio, uma vez que pode determinar o tamanho da área de produção, assim como colocá-la dentro ou fora da lei.

No campo, os trabalhadores mais procurados devem saber gerir pessoas (no caso do encarregado), manejar máquinas e implementos, estar acostumados com a rotina do campo e, principalmente, ler. Um tratorista, por exemplo, só conseguirá tirar sua carteira de habilitação se souber ler.

Portanto, vemos que a mão de obra no campo ainda vivencia uma realidade distante daquela em que estão as grandes empresas do agro. Ainda faltam ações no sentido de atrair e reter trabalhadores, além da necessidade de qualificá-los. Observa-se, nesse contexto, a existência de programas de qualificação de importantes entidades, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a União da Indústria da Cana-de-açúcar (UNICA).

Iniciativas como essas, aliadas aos programas de capacitação realizados pelos próprios produtores rurais, na medida em que estimulam a profissionalização, devem aproximar o campo da indústria, estimulando essa relação e os ganhos no setor do agronegócio como um todo. ■

1 Sócio de Consultoria da PwC e líder de Agribusiness
2 Coordenador do Centro de Inteligência em Agribusiness da PwC

Dia dos Alimentos

Alta de preços e baixa nos estoques

O DIA Mundial da Alimentação é celebrado no dia 16 de outubro de cada ano para comemorar a criação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em 1945. O seu objetivo é conscientizar o conjunto da humanidade sobre a difícil situação das pessoas famintas e desnutridas, para promover em todo o mundo a participação da população na luta contra a fome. Comemorado pela primeira vez em 1981, hoje mais de cento e cinquenta países celebram este evento.

Preocupada com a alta no preço dos alimentos, a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola (Ifad) sugerem reiteradamente medidas para evitar uma crise alimentar. De 2006 aos dias correntes, o mundo presenciou, por razões diferentes, três altas de preços: em 2008, por causa da bolha especulativa nos mercados de *commodities*, enquanto, em 2010, a seca provocou quebra na produção de grãos no leste europeu.

Neste ano, a longa estiagem nos Estados Unidos, excepcionalmente severa, afetou mais de 60% do país e a maior parte das regiões agrícolas. O mercado reagiu e embalou no ciclo de preços altos para os alimentos. As perspectivas são de bons ganhos para os exportadores, mas graves dificuldades para as economias pobres e dependentes da importação de comida.

A recomendação geral da FAO é para os países evitarem o pânico na hora de fazer seus estoques de alimentos e não imporem restrições às exportações. As grandes perdas nas lavouras americanas de soja e milho indicam redução dos seus estoques na temporada 2012/13. A piora das condições de oferta destes dois produtos poderá afetar também os outros mercados, porque será preciso recorrer a substitutos, principalmente para a produção de rações e de etanol.

Os prognósticos mundiais sobre a oferta de cereais feitos pela FAO para a safra 2012/13 sofreram uma rápida redução nos últimos três meses, depois do número recorde registrado em 2011/12. A disponibilidade projetada não será suficiente para atender a demanda e os estoques sofrerão baixa, principalmente de milho e trigo.

O Brasil será um dos países em condições de aproveitar as oportunidades abertas pela quebra da safra americana, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Para a soja, a estimativa é de uma exportação de 31,2 milhões, volume apenas 5,4% menor em relação ao ano passado. O grande sucesso será, sem dúvida, o milho, com crescimento nos embarques de 9,3 milhões para 14 milhões de toneladas. A excelente colheita ocorrida no cereal favorecerá, principalmente, a produção de aves e suínos, com benefícios tanto para o abastecimento interno, como para a exportação de carnes. O mercado interno deve continuar bem abastecido, embora seja razoável prever alguma pressão sobre o custo de vida, principalmente por causa das cotações internacionais.

Bolsa Brasileira de Mercadorias

Nas últimas duas décadas, o Brasil não teve crises de abastecimento. Entre os fatores para explicar essa constatação, se destaca a modernização tecnológica da agropecuária como pela liberação de preços e do comércio exterior, após prolongada e turbulenta fase de intervencionismo estatal. Para 2013, não há motivo para levantar hipóteses de dificuldades, mas os preços da alimentação merecerão ser alterados com a devida atenção.

Com exportações de US$ 44,8 bilhões no primeiro semestre deste ano, o agronegócio segue com papel relevante para o desempenho do setor externo da economia nacional. Esses bons resultados foram obtidos apesar da baixa nas cotações de vários produtos básicos. A China manteve a posição de importadora principal de produtos agropecuários, apesar de sua desaceleração econômica. Embora com ritmo de crescimento inferior a 9%, a expectativa de reativação da economia chinesa ajudará a sustentar os preços dos alimentos. ■

COLOQUE NO ALGODÃO DO BRASIL O PESO DO SELO DE QUALIDADE DA MAIOR BOLSA DA AMÉRICA LATINA

CERTIFICADO DE BM&FBOVESPA QUALIDADE



LABORATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE ALGODÃO BM&FBOVESPA. TRADIÇÃO, QUALIDADE E RECONHECIMENTO NA MESMA ETIQUETA.

Os laboratórios de Classificação de Algodão da BM&FBOVESPA têm quase 90 anos de tradição e credibilidade no mercado. Seguem rigorosamente as normas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. Contam com profissionais altamente capacitados e tecnologia de última geração no controle de umidade e de temperatura e na análise de fibras, com equipamentos HVI Uster. A BM&FBOVESPA participa da definição dos padrões universais do algodão sob a liderança do USDA e é membro do Comitê para Cooperação Internacional entre as Associações de Algodão - CICCA. **BM&FBOVESPA. Coloque essa etiqueta no seu algodão.**

+11 2565 4440
+11 2565 4441
dco@bvmf.com.br

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa

BM&FBOVESPA

Recorde de negociações do milho

Matheus Levi Gury de Souza[1]
Renata Elise Gaiotto Sebastiani[2]

OS ESTADOS Unidos sofreram, neste ano, a segunda maior seca da história. A maior delas foi registrada na década de 70. O fenômeno La Niña foi mais intenso que o esperado no cinturão produtor daquele país, resultando em uma enorme quebra de safra de várias *commodities*, principalmente nas culturas de soja e milho.

Em janeiro de 2012, a previsão do USDA (United States Department of Agriculture - Departamento de Agricultura dos EUA) estimada para a cultura do milho nos EUA foi de 313,9 milhões de toneladas. Em maio, chegou à estimativa recorde de produção de 375,7 milhões de toneladas, mas devido às consequências irrecuperáveis da seca, divulgou em setembro uma colheita esperada de 272,5 milhões de toneladas, ou seja, quase 28% de quebra em relação à projeção recorde.

A oferta norte-americana para o mercado internacional foi reduzida, em função dos problemas climáticos, e os países consumidores tiveram que procurar outros fornecedores, dentre os quais o Brasil. Este, em 2012, apresentou boas condições de desenvolvimento de safra do milho, em especial para a 2ª safra, com colheita prevista de 38,9 milhões de toneladas, podendo fechar a safra total em 72,7 milhões de toneladas, a maior da história, segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

Sendo assim, o Brasil passou a ser um dos principais ofertantes do grão para o mundo, dentro da janela de exportação no segundo semestre. No acumulado de janeiro a agosto, as exportações brasileiras somaram o recorde de 6,3 milhões de toneladas (Secex/MDIC).

Nesse novo contexto, os preços internos do milho e os preços negociados na BM&FBOVESPA adicionaram o elemento internacional à sua formação de preço, trazendo mais incertezas sobre o direcionamento futuro dos preços. Assim, os participantes de mercado têm que se proteger contra possíveis altas do grão e/ou garantir a fixação de preços futuros de venda, com margem de rentabilidade. Na análise dos números de contratos futuros e de opções de milho, em julho de 2012, tivemos um crescimento de 166%, na comparação com o mesmo mês de 2011, e 70%, se comparado a junho de 2012. Somando-se futuros e opções, foram 138,2 mil contratos de milho negociados em julho, estabelecendo um novo recorde histórico na BVMF.

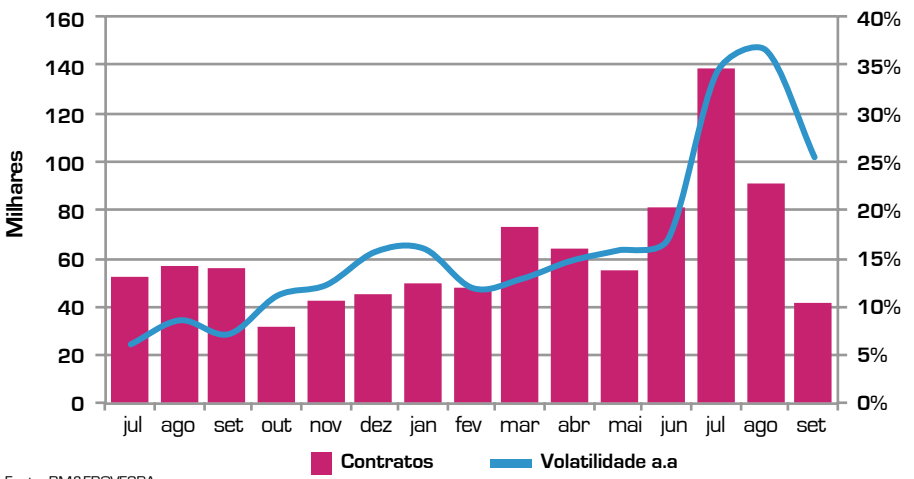
De janeiro a agosto de 2012, o mercado de milho já superou todo o ano de 2011. Até agosto, foram negociados 599,9 mil contratos, entre futuro e opções, ante 558,3 mil contratos de 2011.

Devido às incertezas relacionadas às questões econômicas e fundamentalistas, o mercado de milho, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil, tem se comportado de maneira muito volátil.

Com as incertezas, os participantes precisam procurar instrumentos de seguro de preço. O gráfico 1 traz a relação entre quantidade de contratos negociados de milho e a volatilidade média dos preços do contrato futuro. Pode-se observar que, no período de maior volatilidade, foi observado o recorde de negociações dos contratos do milho.

Os participantes da cadeia do milho têm nos mercados futuro e de opções da BM&FBOVESPA instrumentos importantes para a garantia antecipada de seus preços de compra ou de venda. Para operar estes contratos, basta entrar em contato com uma de nossas corretoras associadas, através do site www.bmfbovespa.com.br. ■

Contratos de milho negociados na BVMF x Volatilidade dos preços (vencimento set/12)



Fonte: BM&FBOVESPA

1 Analista de Mercado Agropecuário da BM&FBOVESPA

2 Especialista de Mercado Agropecuário da BM&FBOVESPA

Setor sucroenergético

Ações para Revitalização

Marcos Fava Neves*

OS ENTRAVES que hoje impedem os investimentos e o desenvolvimento da cadeia da cana são de responsabilidade de tanto do Estado (dois terços), como da inciativa privada (um terço).

Sob a ótica privada, a principal questão refere-se ao que se pode chamar de "vazamentos do sistema hidráulico sucroenergético". São aquelas ineficiências existentes na produção e na indústria que precisam ser trabalhadas para estancar a "sangria de caldo", que eleva os custos. O crescimento acelerado, quase que descontrolado, na fase de euforia, entre 2004 e 2008, gerou ineficiências.

Sempre tivemos em mente, como preços de equilíbrio para pagar todos os custos, USc$ 14 por libra no açúcar e R$ 0,70 por litro no etanol hidratado. Passados cerca de cinco anos, empresários e pesquisadores do setor estimam agora a necessidade de um preço de USc$ 20 por libra no açúcar e R$ 1 por litro no etanol para equilibrar as contas.

Precisamos lutar para reduzir outra vez os custos de produção. Para isso, alguns dos principais problemas foram listados, tanto na produção agrícola, quanto na industrial.

Esses pontos decorrem em parte da falta de renda para investir (rentabilidades negativas), porém também ocorrem erros de gestão. Os custos de produção de cana precisam ser reduzidos em relação às terras mais caras e há necessidade de alta produtividade nos próximos anos.

Observa-se, ainda, a necessidade de esforços permanentes em mecanismos de comercialização, para se reduzir os custos de transação. A revisão dos valores pagos pelo Consecana ajuda a focar-se nas atividades principais de produção.

A agenda mais Pública do que Privada

O valor da Petrobras caiu de R$ 430 bilhões para R$ 237,3 bilhões, de 2007 para cá. Diante desta situação, o conselho da empresa recomendou investimento apenas onde exista retorno financeiro. Portanto, os investimentos previstos em etanol, de US$ 2 bilhões até 2015, podem ser postergados pela baixa rentabilidade. Ou seja, tem-se aqui um ciclo de pobreza, pois o uso político da Petrobras diminui

Problemas na produção de cana-de-açúcar

- Falta de renovação e consequente envelhecimento dos canaviais;
- Plantios feitos fora da época adequada;
- Expansão rápida feita em áreas de solos não corrigidos e pobres;
- Perdas acima do esperado do sistema de plantio mecanizado;
- Baixo investimento em irrigação;
- Pouca adequação das variedades escolhidas para os plantios;
- Falta de qualidade de mão de obra disponível;
- Aumento de custo da mão de obra face à legislação trabalhista;
- Insuficiente capacitação técnica das equipes de fornecedores e das usinas;
- Alta rotatividade de pessoas e inflação de salários pela disputa por mão de obra;
- Baixo nível de biotecnologia aplicado quando comparado a outras culturas;
- Pragas de difícil controle e em expansão, principalmente nas novas áreas;
- Deficiência nos tratos culturais causada pela falta de recursos;
- Tradicionalismo, que dificulta absorção de novas tecnologias;
- Pouco compartilhamento de ativos produtivos;
- Grandes efeitos negativos do clima sobre a produtividade;
- Falta de um plano estruturado para conquista das novas áreas;
- Baixa escala de produção dos sistemas motomecanizados.

Problemas na área industrial

- Ineficiência logística para buscar a matéria-prima e distribuir os produtos;
- Aumento dos custos de estocagem;
- Capacidade de produção ociosa;
- Pouca flexibilidade para produzir maiores quantidades do produto mais rentável;
- Endividamento, que eleva os custos financeiros e força a comercialização prematura;
- Equipamentos obsoletos em muitas usinas, gerando perdas no processo;
- Aumento nos custos de manutenção das usinas e nos prazos de entrega de serviços;
- Aumento dos custos do uso de subprodutos;
- Inflação de salários pela disputa por pessoas qualificadas;
- Curva de aprendizagem nos *greenfields*.

a rentabilidade do setor de cana, que afugenta os investimentos, inclusive os da própria Petrobras, contribuindo para a grave crise que está instalada.

Com as vendas de aproximadamente três milhões de carros *flex*, o mercado segue em constante crescimento, mas com queda na produção de cana-de-açúcar. O Governo anunciou que a Petrobras estaria autorizada a reajustar o preço da gasolina, para viabilizar o plano de investimentos da companhia, de US$ 236,5 bilhões. O aumento de 7,83% foi insuficiente. Especilistas apontam que a defasagem continua entre 8 e 10%.

Como o Governo eliminou a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), o preço da gasolina na bomba não sofreu qualquer alteração. E, ao eliminar a CIDE da gasolina e do diesel, cerca de R$ 7 bilhões na arrecadação destinados diretamente à infraestrutura de transportes, já tão enfraquecida no Brasil, serão perdidos.

País considerado ambiental, que sediou a Conferência Rio+20, caso esses R$ 7 bilhões fossem investidos no setor sucroenergético, poderiam ser feitas sessenta e oito novas usinas de cana (*greenfields*) com capacidade de moagem de 2 milhões de toneladas de cana, de modo que o Brasil poderia:

a) Atender o crescente mercado mundial de açúcar, recuperando parcela de mercado perdida, com a arrecadação de divisas;

b) Abastecer com etanol uma grande parte da frota *flex* existente no mercado interno;

c) Ter etanol suficiente para exportar aos EUA, onde o produto feito de cana é privilegiado por ser considerado um combustível avançado, com mais renda nas exportações;

d) Deixar de importar gasolina e diesel, que no primeiro semestre deste ano contribuíram com um buraco bilionário na balança comercial;

e) Exportar gasolina e petróleo, contribuindo positivamente para a balança comercial;

f) Produzir grande volume de biomassa, com a cogeração de eletricidade limpa para o crescente mercado interno brasileiro;

g) Produzir mais matéria-prima para gerar os novos produtos promissores, como o plástico, o diesel, o querosene, a gasolina de cana e muitos outros;

h) Retomar os milhares de empregos perdidos nos polos produtores de equipamentos (bens de capital, notadamente em Sertãozinho e Piracicaba);

i) Arrecadar uma quantidade brutal de impostos com a venda do açúcar, etanol, eletricidade e outros produtos nos próximos anos;

j) Ajudar na limpeza do ar das cidades, com os automóveis movidos a etanol.



CCA/UFSCAR

A previsão do País, neste ano, é fechar a balança comercial com saldo de apenas US$ 15 bilhões, sendo que a projeção do Fundo Monetário Internacional da mesma é que ela fique deficitária em US$ 3 bilhões, para 2017. Poderíamos inverter esse quadro, com a redução de importações e aumento de exportações, de menos uns US$ 15 bilhões na balança comercial brasileira.

Não é possível recuperar esse apagão dos últimos quatro anos, mas podemos rapidamente tomar medidas, para os investimentos voltarem a:

a) Aumentar a mistura de anidro na gasolina para 25%, com consumo de mais de 1 bilhão de litros de etanol. Isso influiria positivamente nos preços do açúcar e na rentabilidade do setor;

b) Zerar a cobrança de PIS e Cofins no etanol, com a redução de R$ 0,12 no custo do litro;

c) Trabalhar para os estados reduzirem a incidência de ICMS no etanol (em alguns casos, responsável por mais de R$ 0,55 do preço final do litro);

d) Permitir um ligeiro aumento do preço da gasolina na bomba, sem impacto inflacionário (R$ 0,10 a R$ 0,20 por litro);

e) Encontrar maneiras institucionais para agilizar os apoios do BNDES (Prorenova e outros) via cooperativas ou outros mecanismos. Hoje, existe enorme dificuldade em conseguir acesso aos recursos disponibilizados;

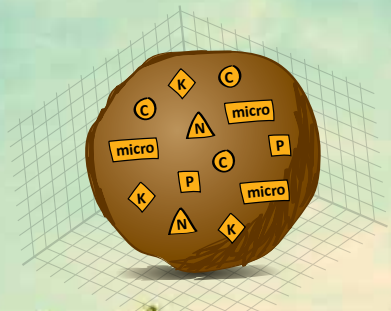
f) Reduzir os impostos sobre equipamentos (bens de capital) dos *greenfields* ou de expansões, uma vez que estes projetos têm impostos acumulados de quase 25%;

g) Realizar leilões específicos para a bioeletricidade da cana, com tributação diferenciada, que reflita seu aspecto renovável e limpo.

Com estas medidas, o governo brasileiro promoverá o crescimento do PIB via investimentos e não via consumo, que hoje representa a maioria das medidas de estímulos tomadas, com a geração de produção, impostos, empregos e interiorização de desenvolvimento. ■

* Professor da FEA/USP, Campus Ribeirão Preto, e coordenador do Markestrat

Só com muita pesquisa para se obter um organomineral com tantas vantagens.



Fotos meramente ilustrativas.

A presença de matéria orgânica em fertilizantes organominerais tem efeitos positivos já bastante conhecidos. Entretanto, o diferencial do Farture está no processo de fabricação. Por meio da exclusiva tecnologia Agrária, todos os nutrientes minerais são incorporados no mesmo grão e interagem com o componente orgânico, que é de altíssima qualidade. Farture é mais eficiente na utilização dos nutrientes e permite uma melhor distribuição.

FARTURE. QUANDO TECNOLOGIA, PRODUTIVIDADE E SUSTENTABILIDADE SE ENCONTRAM NUM ÚNICO GRÃO.





Desde 1978, a Agrária Fertilizantes desenvolve soluções para a produtividade no campo. E sempre é reconhecida pela alta qualidade dos seus produtos. Essa tal qualidade é o jeito de ser da empresa, que caminha junto do agricultor. Que orienta sua atuação para que ele produza mais e abasteça as cidades, enquanto cuida do solo. **Agrária. A marca da terra.**

Agrária
FERTILIZANTES

www.agrariafert.com.br | 16 3690-2200 *Jardinópolis*

Negociações internacionais

Protocolo de Cartagena

NESTE MÊS, o Brasil participa da 6ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP6) e da 11ª Reunião das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – COP11, que ocorrerão na cidade de Hyderabad, na Índia.

As negociações do Protocolo de Cartagena terão como foco a possível adoção do Guia de Análise de Risco para Organismos Vivos Modificados (OVMs). O tema possui relação intrínseca com a Lei de Biossegurança, com a extensão do mandato do grupo *ad hoc* que trata de análise de risco para a criação de *guidelines* sobre temas como algas e microrganismos, dentre outros.

A proposta de reconhecer decisões do Protocolo como padrões internacionais sobre OVMs, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), exige atenção na medida em que pode fomentar a criação de barreiras injustificadas ao comércio. Caso as *guidelines* para análise de risco sejam aprovadas, poderiam ser automaticamente reconhecidas como de acordo com as regras da OMC.

A ideia é a criação de um grupo para estabelecer orientações sobre as questões socioeconômicas ligadas aos OVMs. Isso pode envolver temas como danos sociais e culturais, dentre vários outros não necessariamente relacionados à biodiversidade.

Na verdade, as negociações na MOP6 precisam considerar os objetivos do Protocolo, sem a criação de grupos e a tomada de decisões fora do escopo de evitar danos dos OVMs à biodiversidade, considerando riscos para a saúde humana.

No contexto da Convenção sobre Diversidade Biológica, vale destacar as negociações do programa de biocombustíveis e biodiversidade, bem como o debate sobre sustentabilidade e produção em áreas relevantes para a biodiversidade. Este ponto é essencial para o Brasil, considerando: 1) o Zoneamento Agroecológico da Cana; 2) o fato de que a expansão da cana não se dá com base na conversão de áreas de vegetação nativa.

A proposta da adoção de uma moratória contra o uso da biologia sintética, que poderia trazer impactos para o desenvolvimento de pesquisas e investimentos no setor de biocombustíveis de aviação, por exemplo, é outro tema sensível, a ser negociado na Índia.

Assinado por importantes entidades do agronegócio brasileiro, foi encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores documento com detalhamento dos argumentos do setor agrícola sobre os seguintes pontos relevantes das negociações da COP11 e MOP6, que ocorrerão em Hyderabad:

i) Análise e Manejo de Risco;

ii) Padrões de identificação de Organismos Vivos Modificados;

iii) Considerações socioeconômicas;

iv) Novas e emergentes questões (biologia sintética);

v) Biocombustíveis e biodiversidade.

É fundamental para o Brasil defender a inclusão de áreas de preservação nativas devidamente mapeadas e com gestão própria no contexto do programa de áreas protegidas da Convenção. Junto às áreas de preservação permanente e de reserva legal, trata-se de áreas elegíveis para o Brasil cumprir suas metas de biodiversidade.

O setor agrícola entende ser fundamental aprimorar e incentivar a implementação do Protocolo, como meio de proteger a biodiversidade brasileira. No entanto, há risco de aprovação de novas decisões sobre temas fora do escopo do Protocolo. As considerações socioeconômicas, bem como o reconhecimento do Protocolo junto ao Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, da OMC, são questões que seguramente criarão restrições ao desenvolvimento de tecnologias e à produção de alimentos e de energias renováveis, sem que sejam necessárias para o uso sustentável da biodiversidade. ■

Entidades signatárias do documento encaminhado ao ministro das relações exteriores

- Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE)
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)
- União da Indústria da Cana-de-açúcar (UNICA)
- União Brasileira da Avicultura (UBABEF)
- Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
- Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria (AGROBIO)
- Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB)
- Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)
- Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)
- Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (APROSOJA)

Mudanças climáticas

O que todo pecuarista deve saber

Sergio Raposo de Medeiros*

POUCOS ASSUNTOS irritam tanto o pecuarista como o envolvimento do boi no aquecimento global. Seu maior desejo seria alguém confirmar que o aquecimento global (AG) é a balela científica do século ou que o boi não tem nada a ver com isso. Iniciaremos este texto colocando esses assuntos em perspectiva.

O AG tem sido intensamente estudado no mundo inteiro há décadas e a maioria dos climatologistas aponta evidências suficientes de sua ocorrência e de sua relação com o aumento da concentração de carbono (C) na atmosfera. Por se tratar de uma ciência muito complexa e cheia de incertezas, é necessário gerar vários cenários futuros. É possível, então, selecionar desde os cenários catastrofistas até aqueles que mostram nenhum efeito. O fato é que esses cenários extremos são os menos prováveis, o que denota desinformação ou desonestidade de quem os evoca como cenários prováveis. Ocorre que, mesmo para os cenários intermediários, pode-se esperar efeitos significativos no clima e, consequentemente, na nossa vida. Se as previsões sombrias se confirmarem, daqui a uns trinta ou cinquenta anos, não teremos como voltar atrás.

Já o envolvimento da pecuária no problema está relacionado principalmente ao fato do ruminante produzir metano, gás vinte e cinco vezes mais potente que o gás carbônico na retenção do calor. Admite-se, hoje, que de 10 a 18% dos gases de efeito estufa (GEE) gerados pelas atividades humanas são de origem de ruminantes.

Portanto, apesar de o aquecimento global não ser uma farsa, nem o boi ser totalmente isento, um grave problema é o sensacionalismo com que o tema é tratado. Recentemente, por exemplo, foi divulgado um trabalho europeu com a seguinte manchete: "Produzir 1 kg de carne no Brasil equivale a rodar 1,6 mil km de carro". Essa informação não consta em qualquer artigo científico, demonstrando clara predisposição contra o setor. No seu conteúdo, ela adota uma abordagem francamente oposta à produção de carne, sugerindo incluir na "conta" da pecuária o que eles chamaram de "dreno de carbono potencial perdido", que vem a ser o carbono da vegetação natural, que retornaria à área em que se produz carne caso ela fosse vedada. A justificativa seria que há pressa na redução da concentração de carbono na atmosfera e que isso daria uma ideia melhor aos consumidores ao fazerem suas escolhas. O Brasil passaria de 59 para 335 kg de CO_2-eq/kg carne!



SXC.HU

Há, contudo, várias falhas graves:

1) Não se considera os impactos ao ambiente pela necessidade de aumento de produção de alimentos vegetais e de monogástricos para substituir a carne. Com essa escolha, abre-se mão da produção de proteína de elevada qualidade a partir de capim, com consequente aumento da competição de animais monogástricos por alimentos que servem aos humanos;

2) Considerou-se que a produção média brasileira por hectare e a área destinada à pecuária permaneceriam as mesmas nos próximos trinta ou cem anos. O fato de termos aumentado a produção em 535%, entre 1950 e 2006, aumentando em apenas 47% a área de pastagem, dá uma ideia de quão errada é essa premissa;

Comparação entre Reino Unido e Brasil: variáveis ambientais (pré-porteira) para produção de 1 tonelada de carne bovina

Variável	Número de vezes em que o índice do Reino Unido é superior ao do Brasil
Uso primário de energia	5,29
Potencial eutrofização[1]	1,59
Potencial acidificação	5,80
Potencial de aquecimento global	0,75[2]

[1]Processo de concentração de nutrientes em ambientes aquáticos, levando a uma redução do oxigênio dissolvido.
[2]Índice do Brasil é superior ao do Reino Unido.
Fonte: Relatório DO103 do Departamento para Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais do Reino Unido (DEFRA), 2008

3) Ao fazer as contas de quanto carbono se acumularia caso as pastagens fossem vedadas, chegaram a valores entre 110-136 t C/ha, ou seja, quase 80% da média do que se encontra na floresta tropical, como a Amazônica (151 t C/ha). Para o Cerrado, bioma em que fica a maior parte do nosso rebanho, o valor médio é de 67 t C/ha;

4) A justificativa de que a redução da produção de carne serviria a uma melhoria da saúde da população é uma ideia ultrapassada. Hoje, sabe-se que a carne é um alimento que ajuda na obtenção de dietas com ótimo balanço nutricional.

Chega a ser irônico que os autores, pertencentes à afluente comunidade europeia, venham sugerir a redução da produção de carne no mundo quando, exatamente neste momento, as populações de países em desenvolvimento começam a ter acesso a ela, ainda que em níveis de consumo muito inferiores ao dos países ricos do hemisfério Norte.

O maior erro dos autores, ao fazerem a análise por área, foi penalizar nossa pecuária pelo seu maior mérito: o baixo uso de insumos, que implica baixo impacto ambiental. Ainda assim, há o mérito do trabalho ter sido feito baseado em Análises de Ciclo de Vida (ACV), que tentam levar em consideração a totalidade de geração de GEE na cadeia de produção até o consumo (pré-porteira até pós-porteira). Foi a análise de um estudo de Análises de Ciclo de Vida, comparando o impacto ambiental de 1 tonelada de carne produzida no Brasil ou no Reino Unido, que primeiro chamou a atenção para como a problemática do aquecimento global é, na verdade, uma grande oportunidade para alcançarmos um novo patamar na nossa pecuária.

Ao comparar a atividade pecuária no Reino Unido e no Brasil, observa-se que geramos menores impactos ambientais quando considerado:

i) o uso primário de energia;
ii) o potencial de eutrofização; e
iii) o potencial de acidificação.

Esses positivos resultados refletem o fato da pecuária nacional ter menor necessidade de insumos. Todavia, ao analisar o potencial para o aquecimento global, o Brasil se sai pior. Nesse relatório britânico, é apontada a razão desse resultado: nossos baixíssimos índices de produtividade. O grande vilão, portanto, é o metano produzido em vão por animais sem ganho de peso (ou perdendo peso na seca), bem como aquele emitido por vacas vazias, seja por falha na reconcepção, seja pela demora das novilhas entrarem em produção. Produzimos, assim, muito metano por quilograma de carne produzida.

É consenso entre os técnicos que, apenas com a recuperação das áreas degradadas e melhor manejo das pastagens, nossa produção por área poderia dobrar em relação aos atuais 0,8-1,0 Unidade Animal/ha. Um bônus adicional da recuperação e manejo de áreas degradadas é que há sequestro de carbono pelas pastagens no solo, em função do crescimento radicular. Esse é um dos grandes drenos de carbono que temos para aproveitar. Outras tecnologias simples, como suplementação estratégica, podem aumentar significativamente a produtividade. Enfim, com baixo impacto ambiental, temos chance de reduzir muito o potencial de aquecimento global. Portanto, bem ao contrário de reduzir nossa produção, temos que intensificá-la, apenas com o cuidado de fazer de forma mais eficiente do que hoje.

Nossa eficiência na produção de carne pode ser ampliada enormemente com o uso de sistemas integrados de produção, seja na integração lavoura-pecuária, em sistemas silvipastoris, seja na integração lavoura-pecuária-floresta. Outra atividade que pode ser incorporada é o confinamento, uma das mais eficientes ferramentas para reduzir a emissão de metano por quilograma de carne.

Para quem advoga, como esses infelizes autores europeus, a redução da produção de carne, vale lembrar as 9 bilhões de bocas previstas para 2050. Não podemos abrir mão de um alimento nobre que pode ser produzido em áreas impróprias para a agricultura, usando capim ou resíduos diversos, sem competição por alimentos consumidos por humanos. Deve-se lembrar que bovinos cumprem a função social de ser a "poupança" de muitos pequenos agricultores no mundo e que, na África, 70% da população pobre dependem da pecuária. Além disso, ressalta-se que, nas Análises de Ciclo de Vida, todos os subprodutos aproveitados do boi deveriam ser contabilizados, desde o sebo já usado como biocombustível até a farinha de ossos, que, apesar de não ter carbono em sua constituição, reduz a necessidade do produto industrializado, que tem embutida maior necessidade de energia para ser produzido e transportado.

Em síntese, o que precisamos é intensificar a produção com ganhos de eficiência. Felizmente, o que os economistas da área mostram é que esse é o caminho para tornar a propriedade sustentável também do ponto de vista econômico. ■

*Engenheiro agrônomo, pesquisador da Embrapa Gado de Corte

Quebra na safra americana

O Projeto Soja Brasil, uma realização da Aprosoja Brasil, do Canal Rural e do Senar Mato Grosso, percorreu os principais estados produtores de *commodities* agrícolas dos EUA, para mostrar a realidade da safra americana, afligida pela longa estiagem dos últimos meses, em termos do real estado das lavouras e o impacto nos produtores.

A série de visitas[1] começou com o presidente da Associação dos Produtores de Soja do estado de Illinois, Bill Wykes, em uma de suas fazendas no município de Yorkville, cujos solos são uns dos melhores nos EUA. A propriedade pertence à sua família há cento e trinta anos, onde planta 300 hectares de soja e 400 hectares de milho.

A longa seca durante maio e junho, no estado de Illinois, afetou drasticamente as lavouras. Há cinquenta anos, os produtores não assistiam uma estiagem tão intensa. Para o pai de Bill, é uma safra tão ruim quanto a de 1930. Em algumas áreas, a produtividade da soja superou a do milho, enquanto em outras, com rotação entre soja e milho, as culturas sofreram menos. A perda no milho é bem maior em comparação com a soja, devido à intensidade da seca e do calor na fase da polinização.

Cerca de 80% dos produtores fazem o seguro agrícola. A cobertura é de 85% da produtividade da lavoura. Essa operação permite aos produtores manterem-se na atividade. Bill não fez seguro neste ano.

O dirigente mostrou preocupação com a política agrícola norte-americana. Em processo de reformulação no Congresso, a *Farm Bill* pode cortar os subsídios vigentes desde os anos 50, como no caso da subvenção do prêmio pago para o seguro das lavouras. A Associação trabalha para evitar mudanças prejudiciais aos produtores. O principal objetivo da entidade é garantir o seguro rural para os produtores, já que o governo cortou o subsídio direto pago a eles.

Nas conversas com os agricultores na região sul de Illinois, as perdas relatadas variavam de 20% a 30% na soja e de 50% a 60% no milho. Um deles, chamado Jerry, já tinha colhido um terço da área plantada, de 1.100 hectares, com uma produtividade média de 50 sacas por hectare. Nos últimos dez anos, sua produtividade média ficou em 160 sacas de milho. Felizmente, Jerry fez o seguro da lavoura.

A realidade captada junto aos produtores foi de expectativa muito baixa na colheita do milho e de uma quebra não tão acentuada na soja. O comportamento do clima teve diferenças entre as regiões. Em El Paso, também no estado de Illinois, como choveu mais, a quebra será menor.

Fazenda de Bill Wyckes: menor produtividade registrada em 1 ha (sacas de 60kg)

	2010/11	2011/12	Quebra
Soja	70	44,8	36%
Milho	210	105	50%



SXC.HU

Estados Unidos: quebra das lavouras

Seguro rural

A operação leva em conta a média colhida nos últimos dez anos. O produtor com produtividade no milho de 200 sacas por hectare e seguro de 85% terá segurado 170 sacas: se ele colher 100 sacas por hectare, terá direito a uma indenização de 70 sacas por hectare.

A receita do produtor dependerá da quantidade colhida e da base de preço escolhida. Se a opção foi outubro, o preço é de pico, sem prejuízos.

Instrumento importante de proteção da renda rural, o seguro funciona nos EUA. Muitos produtores passam por dificuldades, mas não quebrarão por causa da maior seca dos últimos cinquenta anos. Aqueles mais velhos podem abandonar a atividade, sem a energia para enfrentar todo esse estresse.

Em Illinois, para cobrir 85% da produção, o prêmio é de US$105 dólares, dos quais US$ 65 são pagos pelo produtor e o governo banca US$ 40 coberto. Sem essa política, diante do tamanho das adversidades ocorridas nesta safra, muitos produtores estariam simplesmente quebrados.

Depreciação da terra

Existe uma grande quantidade de terra à venda nos Estados Unidos. Em meados da década passada, por força de enorme aquecimento do mercado, o hectare alçou valores próximos de US$ 60 mil, que hoje caíram mais de 60%. Muitos especuladores querem desfazer-se desses ativos, da mesma forma que os produtores desestimulados com a perda de renda por causa da seca.

Na região de Champaign, o valor do hectare gira em torno de US$20 mil a US$ 30 mil, conforme a cultura explorada. As operações de financiamentos para aquisição de terra possuem prazo de vinte anos e juros de 3,5% ao ano, mas os negócios mais frequentes são os arrendamentos e parcerias com produtores não mais dispostos a ficar no campo. De dez vizinhos produtores, Eric conta agora com apenas dois.

Produtor e vendedor de seguros e insumos agrícolas, Rob Shaffer planta apenas soja convencional, pela qual recebe como prêmio US$ 4,5. Pelo seu cálculo, a receita da soja convencional supera em US$ 100 dólares a transgênica.

Depois de três safras muito boas e com altas rentabilidades, a grande salvação da maioria dos produtores será o seguro. Para Rob Shaffer, neste ano, a indenização superará o faturamento obtido na safra anterior.

Uma das visitas interessantes foi no condado de Champaign. Lá, o produtor Eric Rund, além de possuir uma propriedade de 110 hectares, arrenda outros 250 hectares ao preço de US$ 700 dólares por hectare. A sua renda, em anos normais, é de R$ 150 mil.

Com produtividade média de 11,5 toneladas de milho por hectare, nos últimos dez anos, Eric segurou 85%, o correspondente a 9,7 toneladas por hectare, com opção na base de preço em outubro. Como espera fechar com 6,0 toneladas por hectare, a sua indenização será o valor de 3,7 toneladas por hectare (diferença entre a produtividade protegida e a colhida). Para o preço base de US$ 323 para outubro, o cheque recebido será de US$ 1.195 por hectare.

Naquela região, a propriedade pode ser desmatada na forma integral. Caso queira preservar a área mais fraca e arenosa, o produtor pode aderir ao Programa de Conservação e Reserva (CPR), mediante contratos de longo prazo com o governo, com o recebimento de US$ 500 por hectare. Este pagamento, normalmente, corresponde a em torno de 70% do valor do arrendamento, pelo fato de ser uma área improdutiva.

Em outros estados, fora de Illinois, como no Missouri, o quadro das lavouras estava mais grave. Em algumas áreas, não compensavam realizar a colheita. Além da fraca produtividade, o estado do grão era péssimo, com a constatação de carvão e outras doenças. A disponibilidade de sementes para a próxima temporada pode ser problemática em termos de qualidade e quantidade. Nesta safra, o custo por hectare deste insumo esteve em US$ 50 na lavoura convencional e US$ 100 na transgênica.

Sem buscar o assistencialismo, a legislação ambiental e trabalhista dos Estados Unidos procura definir os deveres e a responsabilidade de cada parte: produtor e funcionário. O patrão deve deixar à disposição do empregado o equipamento de segurança, mas não é multado caso o funcionário sofra acidente por não usá-lo.

De uma maneira geral, existe interesse sobre a capacidade de crescimento do Brasil e a demanda dos chineses pela soja. Isso se justifica porque, para a próxima temporada, todos ampliarão a área plantada.

No estado do Kansas, no município de Atchison, o produtor Daniel Stuart operava a colheitadeira e seu filho, o trator com uma carreta. O outro filho conduzia o descarregamento do milho no caminhão. A visita não estava programada, mas a recepção foi generosa. A área plantada é 300 hectares de soja e 300 hectares de milho.

Fazenda de Daniel Stuart: menor produtividade registrada em 1 ha (sacas de 60kg)

	2010/11	2011/12	Quebra
Soja	55	40	27%
Milho	210	100	52%

Para Daniel, se a safra americana fosse cheia, o preço estaria muito baixo. Apesar de ter colhido a metade do esperado, o preço de venda do milho foi US$ 328 dólares a tonelada. Com o seguro de apenas 110 sacas por hectare, não há razões para reclamar do faturamento.



Explicações de Daniel

Os filhos de Daniel são a sexta geração de produtores. Naquela região, metade dos filhos de agricultores continua na atividade, mas é fundamental, desde pequenos, serem incentivados pelos pais.

A chegada de novas gerações precisa ser preparada para a lide agrícola. Jerry, um senhor de setenta anos de idade, da sede da sua fazenda, apontava para uma casa da propriedade, localizada à frente, com distância de aproximadamente dois quilômetros. Era a residência onde ele tinha nascido e agora morava seu filho. A razão para a construção da nova sede advinha do casamento de seu filho e a necessidade de ele viver a própria vida.

A história de Jerry é similar à de milhares de produtores. Existem fatos de outros agricultores que deixaram as propriedades e migraram para a cidade. Eles desistiram da vida no campo e arrendaram as fazendas. Em algumas regiões, muitas delas estão abandonadas. Nos EUA, ocorre uma concentração de propriedades.

É curiosa a consciência dos produtores da relevância da Lei Agrícola Americana, para lhes dar segurança. Para isso, é importante a continuidade dos trabalhos no Congresso, principalmente com a manutenção do seguro rural. O setor conta com muita infraestrutura para a comercialização e transporte. É uma motivação para chegarmos a essa realidade no Brasil.

Nas regiões de solos mais férteis, as propriedades são bem arrumadas, com máquinas novas e não abandonadas. Naquelas que são arenosas, a realidade é outra: de cada cinco sedes, duas estão abandonadas. São visíveis as dificuldades dramáticas enfrentadas pelos produtores. Este é um exemplo que muitos produtores devem observar no Brasil, para que não se aventurem em terras mais fracas.


Integrantes do Projeto Soja

Depois de rodar 2 mil quilômetros pelas lavouras do Illinois, Missouri, Kansas e Nebraska, com visitas a dezenas de propriedades, longas conversas e trocas de experiências com os produtores, ratificava-se o registro feito pelo USDA: os estados estão com lavouras muito ruins. Em Iowa, o maior estado produtor, com propriedades maiores, o ponto focal ficou por conta das questões trabalhistas e ambientais.

O trajeto total envolveu mais de 3 mil quilômetros, ao cruzar cinco estados responsáveis por mais da metade da produção norte-americana de soja e milho. O Projeto Soja Brasil confirmou também outra informação do USDA: o milho terá uma quebra bem mais acentuada, de 50%, em relação à soja, com 20%.

A chegada da chuva no final de agosto, quando as lavouras estavam no estágio de enchimento de grãos, foi positiva, mas muitas delas já se encontravam em estágio avançado de maturação. No caso do milho, infelizmente, a chuva, na verdade, atrapalha, ao atrasar a colheita e comprometer a qualidade dos grãos.


Stephen Censku: redução no estoque de soja

A seca foi mais severa nos estados do Missouri, Illinois e Iowa, com perdas maiores de produção. De acordo com as previsões do USDA, em seus relatório de junho a setembro, a ascendência das quebras aumentava à medida do desenvolvimento vegetativo da soja e o milho.

Estados Unidos: Quebra na safra 2012/13 (milhões de t)

Previsões	Soja	Milho
12 de setembro	71,69	272,48
12 de agosto	73,26	273,79
12 de julho	83,01	329,45
12 de junho	87,23	373,68

Fonte: USDA

Nos estados do Kansas e Nebraska, algumas lavouras de milho estavam melhores, mas piores na soja. Isso se alternava entre as regiões. Como é plantado antes da soja, o milho depende do clima na fase crítica de floração e enchimento de grão.

Nas reuniões com a ASA (Associação Estadunidense dos Produtores de Soja) e a Iowa Soybean Association (Associação dos Produtores de Soja de Iowa), houve informações interessantes. Na ASA, o executivo Stephen Censku relatou a redução no tamanho do estoque de soja. Elevados, os preços incentivarão os produtores a expandir a sojicultura. Eles estão de olho no Brasil.

Os produtores americanos defrontam-se com uma realidade bem superior à brasileira. Para chegar a essa situação, foram necessárias muitas batalhas e organização na conquista do seguro adequado, uma logística invejável e assim por diante. O Brasil está no caminho certo, no esforço de organizar e fortalecer as entidades agropecuárias. Tudo leva tempo. Em cinquenta anos, certamente estaremos melhor. A partir da constatação *in loco* de como funcionam e de como os produtores lidam com elas, as questões trabalhista e ambiental merecem uma análise mais acurada. ■

1 Fizeram parte da visita o presidente e o diretor executivo da Aprosoja Brasil, respectivamente, Glauber Silveira e Fabrício Rosa; o produtor Naildo Lopes, da Aprosoja MT; e os jornalistas do Canal Rural, Luís Patroni e Pedro Silvestre.

IV FÓRUM

INOVAÇÃO

AGRICULTURA E ALIMENTOS
PARA O FUTURO SUSTENTÁVEL

2012

FOME NO MUNDO: SEJA PARTE DA SOLUÇÃO.



Faça parte do
IV Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos
para o Futuro Sustentável. Uma iniciativa anual
da FAO que integra a Semana Mundial da Alimentação.
Junte-se a importantes nomes da Organização Mundial
para Agricultura e Alimentos da ONU (FAO), da pesquisa,
da agricultura, da indústria de alimentos, da saúde
e representantes de governos num debate fundamental
sobre as soluções eficazes e sustentáveis para o
combate à fome no mundo. Mostre que você pode
fazer parte da solução deste desafio mundial.

Participe. Inscrições gratuitas.
Vagas limitadas.

19 DE OUTUBRO
8H30 ÀS 13H

AUDITÓRIO DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO ALIMENTO (ITAL)
AV. BRASIL, 2880 - CAMPINAS, SP

INFORME-SE E INSCREVA-SE EM:
FORUMAGRICULTURAEALIMENTOS.ORG.BR
PLATAFORMA@ITAL.SP.GOV.BR
TEL.: (19) 3743-1897



REALIZAÇÃO

CO-REALIZAÇÃO

APOIO

Diário de bordo

Etanol encalhado



Roberto Rodrigues*

VOLTO A um tema angustiante: a Agroenergia, especialmente o etanol.

Como é sistematicamente alardeado, o etanol hidratado só compete com a gasolina nos carros *flex* quando seu preço na bomba é inferior a 70% do valor do derivado do petróleo.

O preço da gasolina está congelado pelo Governo desde 2006. Compreende-se isso: o aumento da gasolina teria efeito imediato na inflação e isso não interessa a ninguém. Tanto é verdade que recentemente o preço da gasolina foi aumentado para a Petrobras, mas o aumento não foi repassado para o consumidor. O artifício usado para isso foi a eliminação da CIDE sobre a gasolina. Aliás, a Petrobras compra lá fora a gasolina necessária e a vende internamente a um preço menor, o que lhe acarreta um prejuízo monumental, com consequente perda de valor da empresa.

Os números impressionam. Em 2009, não importamos gasolina A, mas, em 2010, importamos 505 milhões de litros (ao valor de 284 milhões de dólares); em 2011, isso saltou para 2,18 bilhões de litros importados (de 1,6 bilhão de dólares) e, entre janeiro e julho deste ano, já tínhamos importado 2,13 bilhões de litros (1,7 bilhão de dólares). É claro: o Governo estimulou a venda de automóveis sem uma política definida para combustíveis. Ora, o consumo explodiu e a produção de gasolina – e principalmente nossa capacidade de refino – não acompanhou a demanda. Tivemos mesmo que importar...

Por outro lado, o etanol é fabricado principalmente a partir da cana-de-açúcar, que é um produto agrícola, sujeito, portanto, às mesmas variáveis de outros cultivos: clima, preços dos insumos (adubos, defensivos, máquinas e equipamentos), dificuldade de adaptação à colheita mecanizada e os pesados encargos derivados da mecanização da colheita, crescimento do custo da mão de obra, etc. Assim, o aumento do custo de produção da cana reflete-se no preço do etanol, que acaba cotado, em vários estados do País, a um valor maior que 70% do preço da gasolina.

Isso inviabiliza a competitividade histórica do etanol brasileiro, sustentável, renovável, gerador de empregos e redutor de importações de óleo. Mas a demanda pelo etanol continua nos estados onde a competitividade é viável, sobretudo pelos estímulos governamentais para a compra de carro *flex*.

No entanto, a produção não cresce há quatro safras, por fatores conhecidos. A crise de 2008 foi o ponto de partida dos problemas. Naquele ano, trinta novas usinas foram construídas no Brasil. Depois, os investimentos despencaram, a tal ponto que, nestes dois últimos anos, só três *greenfields* foram anunciados. A esta falta de investimentos, inclusive com redução dos tratos culturais dos canaviais, somam-se três anos ruins em termos climáticos, de modo que no ano passado, produzimos apenas 560 milhões de toneladas de cana, contra 572 produzidas em 2008/2009. Com isso, a produção de etanol em 2011/2012 foi de 22,7 bilhões de litros, mas em 2008/2009 já havíamos produzido 27,7 bilhões de litros, quase 13% a mais! E tivemos que importar etanol de milho dos Estados Unidos, quase 1 bilhão de litros no ano passado!

Estamos, então, num beco complicado: a demanda por combustíveis continua crescendo, tanto de etanol, quanto de gasolina, e não produzimos o suficiente de ambos, o que nos levará a continuar importando ainda por um bom tempo. A gasolina, mantida a atual política de preços, dá um brutal prejuízo à Petrobras e inviabiliza o etanol. E ninguém vai investir neste produto sem uma clara política, com regras definidas para os combustíveis. Precisamos estimular a produção de etanol e aumentar o refino do petróleo. E parar de importar álcool feito com milho.

Será tão difícil assim resolver esse dilema? Claro que não é! Bastam três medidas para desanuviar o ambiente: uma política de preços para a gasolina mais ligada aos vigentes no mundo todo; desoneração fiscal do etanol; financiamento desburocratizado para aumentar a produção de cana.

Em pouco tempo, tudo estará reequilibrado e estaremos de novo exportando nosso precioso e sustentável etanol. ■

*Embaixador especial da FAO para o Cooperativismo, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Seguro rural é fundamental para o Brasil



Cesário Ramalho da Silva*

NO COMEÇO de agosto, fiz um giro de duas semanas pelas regiões mais afetadas pela seca nos Estados Unidos. A situação por lá, de fato, é dramática. Na região do "Corn Belt", centro-oeste do país, onde se cultiva a maior parte do milho produzido nos EUA, a estiagem afetou 75% da área, por exemplo.

Todavia, o produtor norte-americano está, obviamente, preocupado, mas não desesperado. Por quê? Porque, lá, o seguro rural é amplo e eficiente. Cobre praticamente 90% da área agrícola e cerca de 85% dos agricultores. Assim, mesmo com a quebra da colheita, a renda do produtor fica assegurada.

O cenário é completamente diferente aqui. Para se ter ideia da discrepância, em 2011, a área plantada segurada no Brasil correspondeu a 5,58 milhões de hectares (cerca de 18%) de um total de 69,8 milhões cultivados com grãos e culturas perenes.

O agricultor que lida com eventos imprevisíveis, sujeito a condições do tempo e oscilações do mercado, produz sem nenhuma retaguarda e um imprevisto pode acabar com o resultado de um ano inteiro. Mais que isso, pode inviabilizar o negócio, interromper a atividade, com efeitos perversos para todo o setor e a população em geral.

O seguro rural é um mecanismo de mitigação de riscos muito mais inteligente e barato do que eternas renegociações de dívidas. O produtor sujeito a imprevistos já citados acaba endividando-se. E, para arcar com esse prejuízo, toma novos empréstimos, que vão se acumulando, criando um roteiro inesgotável de passivos financeiros.

Informe do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), divulgado em setembro, destaca que impactos da maior variabilidade climática sobre a agricultura vão continuar nos próximos anos, de modo que se torna cada vez mais necessário instrumentar políticas para se adaptar às mudanças climáticas e mitigar seus efeitos no agro. A tradução disso? Seguro rural.

A realidade é que até hoje as subvenções governamentais não foram capazes de fazer o seguro rural deslanchar. Isso, em primeiro lugar, devido ao volume insatisfatório de recursos, que não atende o gigantismo do agronegócio brasileiro. Sendo assim, ao lado do governo federal, municípios e estados precisam assumir ainda mais a tarefa de subsidiar o prêmio (valor pago pelo produtor rural pela apólice).

Além disso, a participação da iniciativa privada é extremamente tímida. Dados da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) mostram que os contratos de seguros privados cobrem apenas 8% da área plantada.

As seguradoras e resseguradoras, por exemplo, têm dificuldades em lançar coberturas diferenciadas por região, cultura e perfil de produtor, em razão da falta de informações mais exatas sobre a realidade do agro brasileiro. A possibilidade de produtos personalizados promoveria maior aderência entre preço e cobertura oferecida, alavancando a contratação do seguro. Dessa maneira, daríamos início a um círculo virtuoso, pautado pela ampliação da carteira, o que acarretaria também um processo de redução do valor das apólices.

Além da baixa capilaridade referente à cobertura, geralmente o seguro, no Brasil, restringe-se a garantir a capacidade de pagamento de dívidas do crédito rural. Algumas modalidades privadas cobrem certa parte da produção e o valor dela na hora da comercialização. Mas é pouco.

Uma nova tentativa para alavancar o seguro está em curso e foi apresentada recentemente em reunião do Comitê Estratégico do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, realizada na Sociedade Rural Brasileira.

A proposta para o desenho de um seguro de renda, elaborada pela consultoria MB Agro, com aval do ministro Mendes Ribeiro, será apresentada, em breve, à presidenta Dilma Rousseff. Entre os destaques da proposta, constam garantia de recursos orçamentários para o programa de subvenção federal, criação de um banco de dados com informações dos produtores, combinação da tomada de crédito com contratação do seguro, implantação de um fundo garantidor aos agentes seguradores, entre outros. Que desta vez seja dado um passo seguro. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira

Opinião

Biomassa na matriz energética brasileira



Mônika Bergamaschi*

O SETOR canavieiro, como todos os outros do agronegócio, vive ciclos, ora de euforia, ora de frustração. Do saudosismo do Pro-Álcool e suas regras à queda dos preços internacionais do petróleo e as dificuldades enfrentadas no final da década de 1990. Do entusiasmo do lançamento dos carros flexíveis, resultando em significativos investimentos em meados da última década, à crise global de 2008, que trouxe problemas graves a todas as cadeias produtivas e deixou o setor em situação nunca antes vista.

A dificuldade de crédito, o elevado endividamento, a baixa produtividade, a falta de uso de tecnologia e os efeitos adversos do clima por três safras consecutivas, somados a uma política artificial de manutenção dos preços da gasolina desde 2006 resultaram em um quadro desolador. Em quatro anos, quarenta e uma indústrias foram fechadas e 22.000 empregos diretos perdidos (14.000 na produção de açúcar e etanol e 8.000 na área de bens de capital); 25% das unidades em produção contraíram endividamentos insolúveis e outros 25% estão no "fio da navalha".

Com a elevação dos custos de produção, o mundo viu uma relação muito próxima entre os preços do petróleo e derivados e os das *commodities* agrícolas. O etanol ficou pressionado e o setor perdeu renda e espaço no mercado de combustíveis.

São Paulo tem sido, desde a desregulamentação do setor canavieiro no final dos anos 90, a voz do movimento de modernização da produção e dos mercados. As políticas advindas da coordenação junto ao governo federal nortearam o setor até o final do governo FHC. A criação da CIDE (que viabiliza o etanol frente à gasolina, em mercado livre) e de outros instrumentos permitiu a integração dos estados mais distantes dos centros consumidores, estimulou o uso do etanol anidro e a recuperação do mercado do hidratado, além da recuperação dos preços do etanol.

As eficazes medidas incentivaram discursos de apoio ao mercado externo e à imagem do etanol, enquanto o mercado interno explodia com a introdução dos carros flexíveis. O governo de São Paulo reduziu o ICMS do etanol para 12%, na bomba, em atitude inédita, assegurando a demanda.

Além dos impactos positivos ao meio ambiente e o extraordinário auxílio na redução dos problemas de saúde, o peso da biomassa de cana-de-açúcar ultrapassou a hidrelétrica como segunda maior fonte de energia no Brasil, somente abaixo do petróleo e seus derivados. Enquanto o Brasil tem 45% de sua matriz energética baseada em energias renováveis, São Paulo tem 55%.

Esse exemplo extraordinário somente aconteceu face à competência dos produtores e ao movimento solidário dos Sindicatos dos Trabalhadores: Rurais, da Alimentação e Químicos, da AMCESP, ANFAVEA, FENABRAVE e do governo de São Paulo, entre outros.

Buscando recuperar o setor sucroenergético paulista e nacional, o governo de São Paulo, por meio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, coordenou um Grupo de Trabalho envolvendo todos os elos da cadeia produtiva. As recomendações indicam uma política transparente de preços para a gasolina, a recuperação da CIDE e a desoneração dos impostos estaduais, federais e interestaduais. Além disso, investimentos nos institutos de pesquisa para estudos de pragas, doenças e variedades são recomendados.

O governador Geraldo Alckmin deverá coordenar uma importante reação na busca destas políticas públicas saneadoras, recuperando os investimentos tanto na produção do etanol, como na cogeração de energia elétrica.

Os estudos conduzidos, predominantemente em São Paulo, indicam os efeitos positivos da produção do etanol (empregos, renda e meio ambiente) e do seu uso (poluição local e saúde; mitigação do aquecimento global), caracterizando, fundamentalmente, a importância da valorização de suas externalidades positivas.

O Grupo já concluiu os trabalhos e os resultados levarão a um debate entre governadores e congressistas sobre a importância dessas medidas urgentes para o setor. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em setembro de 2012 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	330.000	380.000	380.000	395.000
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	610.000	550.000	590.000
New Holland	CR 9060	650.000	790.000	660.000	845.000
New Holland	CS 660	445.200	610.000	560.000	645.000
New Holland	TC 5090	360.000	456.000	450.000	498.000
New Holland	TC 5070	318.000	381.000	380.000	408.000
Valtra	BC 6500	513.000	590.000	534.700	560.000
Valtra	BC 7500	544.000	630.000	646.970	700.000
Valtra	BC 4500	304.000	340.000	396.800	350.000
Jonh Deere	1175 HY	360.000	411.000	428.000	358.550
Jonh Deere	9470	550.000	560.000	665.000	502.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em setembro de 2012 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	115.000	128.000	118.000	120.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	143.000	158.000	145.000	150.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	201.000	233.000	215.000	220.000
New Holland	TM 7020	167.480	156.000	170.000	190.000
New Holland	TM 7040	180.000	185.000	185.000	215.000
New Holland	T 745	210.000	235.000	235.000	260.000
Valtra	BM 125-4	115.000	133.000	133.000	138.000
Valtra	BM 185-4	183.000	190.000	194.800	220.000
Valtra	BM 205-4	190.000	205.000	208.900	225.000
Jonh Deere	7210	252.000	298.000	294.000	279.000
Jonh Deere	8335	375.000	680.000	622.000	330.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de sulcadores e cultivadores em setembro de 2012 (R$/unidade)

MARCA	MODELO	POTÊNCIA DO TRATOR (CV)	LINHA/ESPAÇAMENTO	PREÇO
		Sulcadores		
CIVEMASA	SATP - compacto 2L	75	2 linhas	11.260
BALDAN	SAB	110	2 linhas	26.840
BALDAN	SAB-DF	75	2 linhas	10.870
		Cultivadores		
BALDAN	CEH	60	9 discos	4.815
BALDAN	CTV-COP	60	3 módulos	4.135
Civemasa	CQL 2	90	2 linhas	11.500
Civemasa	CATP - compacto 2L	75	2 linhas	17.204
TATU marchesan	CAC (cultivador adubador com cobertura)	65	2 linhas	4.600

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um agricultor que queira, em setembro de 2012, comprar um sulcador modelo SAB, de duas linhas, da fabricante Baldan, cujo preço é R$ 26.840,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 5.368,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para janeiro de 2013). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2012/2013). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 29.779,52 pelo sulcador. O preço médio de cada parcela é de R$ 2.411,15.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/01/13	21.472,00	2.147,20	292,02	2.439,22	1
01/07/13	19.324,80	2.147,20	529,50	2.676,70	2
01/01/14	17.177,60	2.147,20	470,67	2.617,87	3
01/07/14	15.030,40	2.147,20	411,83	2.559,03	4
01/01/15	12.883,20	2.147,20	353,00	2.500,20	5
01/07/15	10.736,00	2.147,20	294,17	2.441,37	6
01/01/16	8.588,80	2.147,20	235,33	2.382,53	7
01/07/16	6.441,60	2.147,20	176,50	2.323,70	8
01/01/17	4.294,40	2.147,20	117,67	2.264,87	9
01/07/17	2.147,20	2.147,20	58,83	2.206,03	10
Total		21.472,00	2.939,52	24.411,52	-
Total pago: R$ 5.368,00 (entrada) + R$ 24.411,52 (financiamento) = R$ 29.779,52					

Produção agrícola brasileira

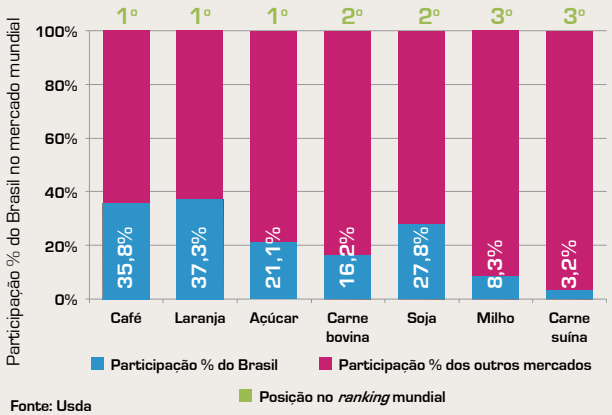
Décimo segundo levantamento da safra de grãos 2011/2012 - Setembro/2012: estimativa de produção em mil toneladas

Produção	2007/08	2008/09	2009/10	2010/2011 Previsão (A)	2011/2012 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.029,5	-6,2
AMENDOIM TOTAL	303,1	300,6	226,0	226,5	294,7	30,1
AMENDOIM 1ª SAFRA	256,2	246,1	191,9	199,2	274,6	37,9
AMENDOIM 2ª SAFRA	46,9	54,5	34,1	27,3	20,1	-26,4
ARROZ	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.600,3	-14,8
AVEIA	230,2	232,2	244,1	379,0	353,5	-6,7
CANOLA		0,0	42,2	69,7	52,0	-25,4
CENTEIO	4,9	6,1	4,8	3,2	3,6	12,5
CEVADA	264,7	237,0	201,4	283,9	305,1	7,5
FEIJÃO TOTAL	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.899,1	-22,3
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.235,6	-26,5
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.065,4	-19,6
FEIJÃO 3ª SAFRA	832,3	774,5	836,6	727,4	598,1	-17,8
GIRASSOL	147,1	109,4	80,6	83,1	116,1	39,7
MAMONA	123,3	92,5	100,6	141,3	25,8	-81,7
MILHO TOTAL	58.652,2	51.003,9	56.018,0	57.407,0	72.731,2	26,7
MILHO 1ª SAFRA	39.964,1	33.654,9	34.079,2	34.946,7	33.869,4	-3,1
MILHO 2ª SAFRA	18.688,1	17.349,0	21.938,8	22.460,3	38.861,8	73,0
SOJA	60.017,7	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.383,0	-11,9
SORGO	1.985,5	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.204,9	-4,7
TRIGO	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	-1,6
TRITICALE	211,9	184,7	172,1	114,9	108,5	-5,6
BRASIL	144.137,3	135.134,5	149.254,9	162.803,0	165.895,9	1,9

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

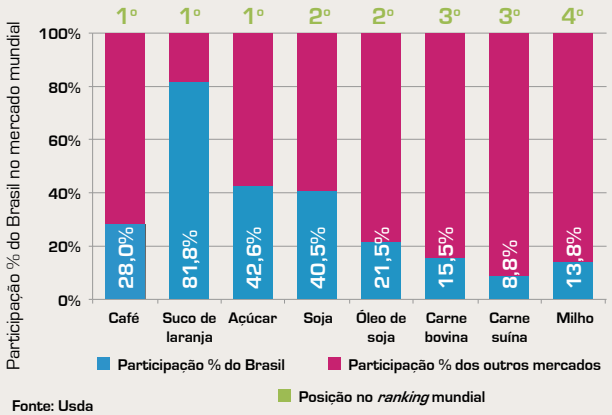
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2011/12



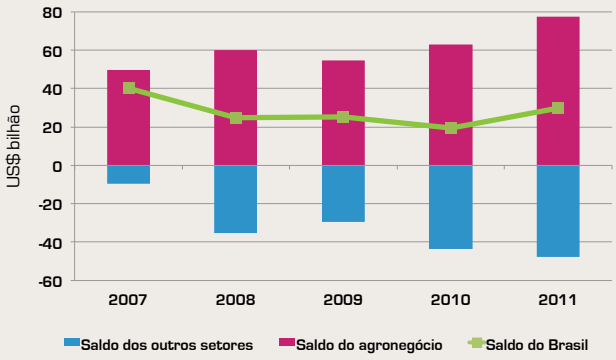
Fonte: Usda

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2011/12



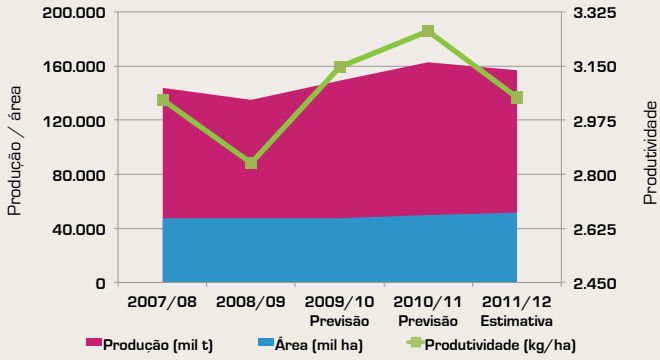
Fonte: Usda

Brasil: evolução do saldo da balança comercial



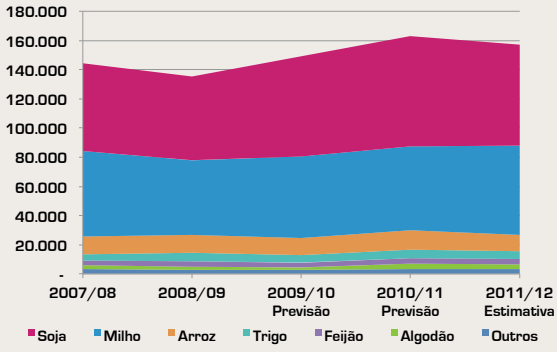
Fonte: Secex

Brasil: área plantada com grãos, produção e produtividade



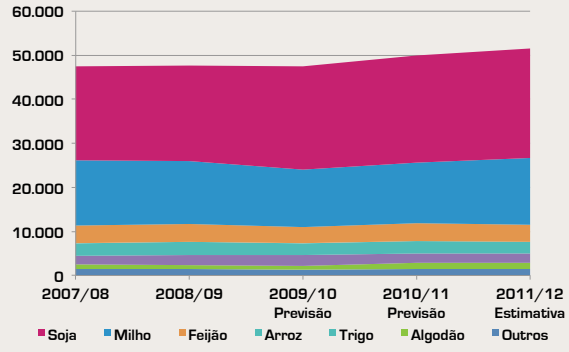
Fonte: Conab

Brasil: produção de grãos, por produto (mil t)



Fonte: Conab

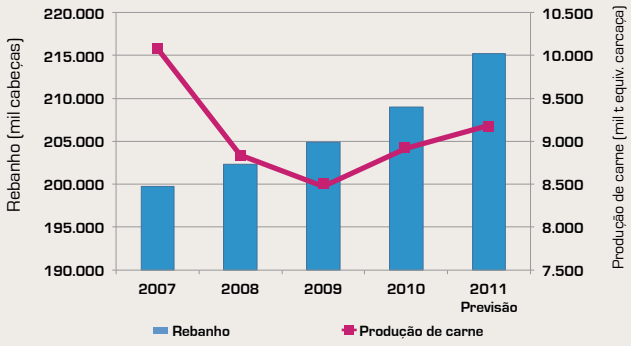
Brasil: área plantada com grãos, por produto (mil ha)



Fonte: Conab

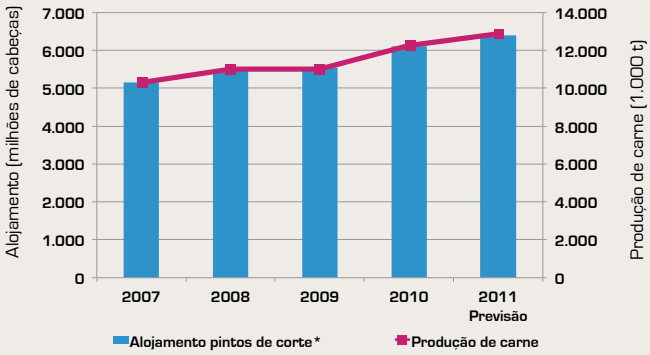
Produção agropecuária brasileira

Brasil: produção de bovinos



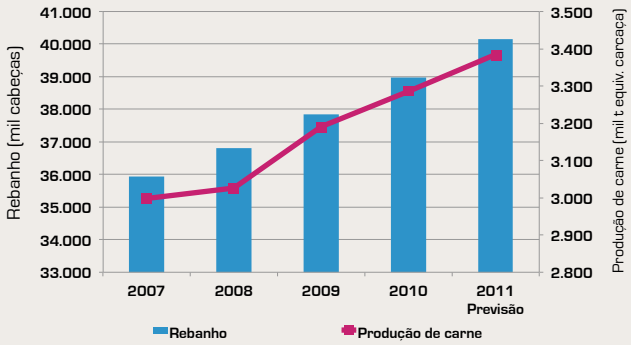
Fonte: IBGE

Brasil: produção de aves



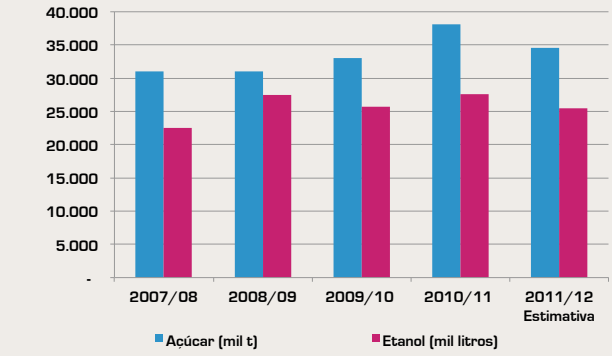
Nota: *O alojamento, e não a produção de pintos de corte, reflete o plantel que irá produzir carne.
Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco)

Brasil: produção de suínos



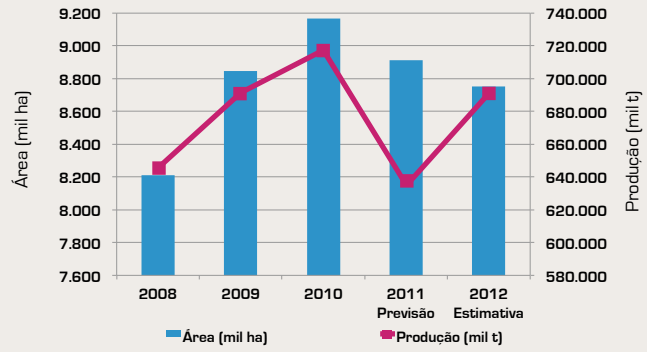
Fontes: IBGE; Abipecs

Brasil: produção de açúcar e etanol



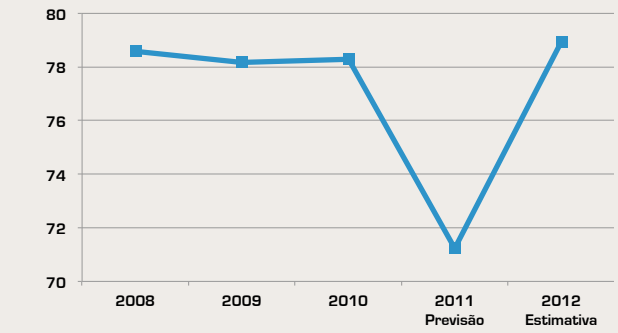
Fontes: Unica; Conab

Brasil: área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: IBGE

Brasil: produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)



Fonte: IBGE